

RESPEITEM A CONSTITUIÇÃO!

STF ignorou a lei e argumentos jurídicos do Procurador-Geral da República (PGR), Paulo Gonet, massacrando magistrados e procuradores de todo o país

Decisões do Supremo Tribunal Federal sobre ADI 6606 e Rcl 88319 têm convergências com ADI 7731 e Rcl 68223 na violação do Pacto Federativo

Decisão do ministro Cristiano Zanin desrespeita a Constituição, deixando o Estado do Rio com um Governador Constitucional e um "Interventor Judicial"

PÁGINA 03

Metade dos bombeiros do DF está fora das ruas, diz TCDF

BRASILIANAS (WILLIAM FRANÇA) - PÁGINA 20

Economia é um problema ao Planalto

POLÍTICO (LAGO) - PÁGINA 5

DORA KRAMER

A influência do Master nas eleições

PÁGINA 4

MARCELO ALVES

Campanha que merece ser observada

PÁGINA 4

Alerta de leptospirose

Sandro Araújo/Agência Saúde DF

As chuvas ainda não pararam no Distrito Federal com o início da seca. Assim, a Saúde do DF alerta para a incidência da leptospirose



Período de chuvas aumenta incidência da doença

PÁGINA 17

EUA: Lobo solitário será indiciado nesta segunda

O homem acusado de abrir fogo durante um jantar realizado no sábado (25), na Casa Branca, para Trump e jornalistas, deverá ser formalmente indiciado nesta segunda-feira (27)

PÁGINA 11

Congresso derrubará veto à nova dosimetria

Governistas apelarão ao STF pela inconstitucionalidade, mas a Corte tende a não derrubar a votação. Ministros discutem evitar "alguns impactos desproporcionais" na diminuição das penas

TALES FARIA - PÁGINA 4

Fernando Molica

Jorge, o santo que ficou pop

O 23 de abril, dia de São Jorge, merece ser incluído no calendário carioca de eventos. A festança ultrapassou os limites religiosos e ganhou uma dimensão capaz animar o mais obstinado dos ateus, nem que seja para comer uma das milhares de feijoadas que ocorrem na cidade.

Em algumas poucas décadas, a comemoração de características mais suburbanas se espalhou pelo Rio, conquistou adeptos, fiéis e curiosos.

Havia muito tempo que a festa ia além das igrejas católicas e de terreiros de religiões de matriz africana, São Jorge/Ogum já circulava com alvite pelas ruas. Mas é curioso como o culto se disseminou mesmo diante do crescimento de igrejas evangélicas, fenômeno que contribuiu para a diminuição do viés religioso do Réveillon nas praias e para uma queda na distribuição de doces no dia de São Cosme e São Damião.

O historiador Luiz Antonio Simas, autor de "São Jorge, o santo do povo e o povo do santo" (Planeta), diz que a violência contribuiu para a busca de proteção de um santo bom de briga, padroeiro, como resalta, da PM fluminense e do Comando Vermelho (é dura a vida de santo).

É provável que uma migração de suburbanos para Zona Sul tenha contribuído para o espalhamento do culto. É razoável pensar que a pressão de evangélicos mais radicais tenha gerado um certo movimento de união em torno do santo — nessa hora, melhor deixar de lado o padroeiro São Sebastião (retratado

triste, flechado e amarrado ao tronco) e substituí-lo pelo guerreiro que encara e mata o dragão.

São Jorge, bom de ser invocado na hora de perrenques tradicionais como pobreza, injustiça e doenças, acabou escalado também para encarar a disputa pelo espaço sagrado das ruas. O vermelho de sua capa ganhou para muitos um viés político, de luta.

O processo de transformação de São Jorge em ícone pop passa pelo reconhecimento da matriz popular da cultura que se produz na cidade; dialogar com o Rio implica homenagear essas origens. Cultuar o santo é também mostrar intimidade com a cidade que amamos. Ao longo dos séculos, o sujeito nascido lá longe, na Capadócia, virou um de nós, aprendeu a gostar de samba, de funk, de feijoadas, de barulho.

Essa identificação de São Jorge com o Rio acabou servindo de barreira a uma pregação excludente, que associa santos e orixás a manifestações demoníacas: muita gente caiu do cavalo ao tentar colar no companheiro de tantas brigas um rótulo que o associa ao mal.

No livro, Simas cita um velho morador de subúrbio carioca que, numa entrevista à TV, definiu São Jorge como um vizinho a quem se recorre na hora do aperto. Talvez esta seja uma boa chave para explicar o crescimento de sua popularidade e sua resiliência. Mais do que tudo, ele é um companheiro de muito tempo. Daqueles de quem podemos até nos afastar — cada um que cuide de seus muitos dragões —, mas ninguém renega um amigo de infância.

Sérgio Cabral*

Ódio disseminado

A extrema direita é responsável pela disseminação do ódio pelo mundo. Ela corrói o tecido institucional com sua verborragia histórica em nome de uma revolta contra o establishment.

Nada diferente da extrema esquerda, hoje nanica, mas que na sua época de presença marcante no cenário internacional, foi capaz de causar enormes prejuízos aos avanços democráticos pelo mundo afora, inclusive aqui no Brasil.

Esse ódio é incorporado no mundo por dois personagens responsáveis por grande parte do desconforto que a civilização humana vive hoje: Vladimir Putin e Donald Trump.

Dois psicopatas autocentrados. Putin herdou o tumulto pós queda da União Soviética e a patética figura de Boris Yeltsin que bebia mais do que governava a nova Rússia, depois da libertação de todos os países anexados pela violência do regime soviético sob o comando do facínora Josef Stálin.

Putin está à frente do governo da Rússia desde o início do século XXI. São 26 anos no comando russo. Putin tem horror do modelo ocidental de democracia. Formado nos subterrâneos da KGB, no regime soviético, nunca deixou de ter a mentalidade de um agente secreto da monstruosa agência.

A invasão à Ucrânia é o ápice da sua psicopatia. Não admite que a Ucrânia entre para a OTAN, pois a enxerga como uma extensão do domínio russo, como foi durante séculos dominada por czares e durante o regime soviético.

Sabe que a Ucrânia integrada à União Europeia, e integrante da OTAN, será uma grande estimuladora do desejo do povo russo por democracia.

Para deter essa ameaça, invadiu a Crimeia em 2014. Não houve reação à altura de Barack Obama nem da OTAN. Em 2022, iniciou um ataque massivo e invadiu a Ucrânia. Desde então, mais de 500 mil soldados e civis morreram dos dois lados. A Rússia controla 20% do território ucraniano. Cada tentativa de

avançar sobre o território gera milhares de mortes. A Ucrânia conta com o suporte dos países europeus e o último bastião de resistência ao apoio na comunidade europeia foi derrotado em seu país, para o bem de todos: o húngaro Viktor Orbán foi esmagado nas urnas.

Por outro lado, Donald Trump, além de se omitir e deixar o criminoso Putin agir, provoca o caos com a tentativa de destruir o regime islâmico no Irã. Um regime retrógrado, misógino, homofóbico e autoritário. Aliás, como é o próprio Donald Trump.

Trump não quer desfazer o regime iraniano porque está preocupado com a vida e a liberdade dos 90 milhões de habitantes do país. Ele quer que o regime se dobre e passe a abrir seus campos de petróleo para as empresas norte-americanas. Como fez na Venezuela. Afinal, os Estados Unidos têm relações com inúmeros países autoritários. E jamais quis interferir nos seus assuntos internos. Mas como são abertos e amigáveis aos seus negócios, zero de problema.

Trump vai à China no próximo mês. O país que mais cresce e se desenvolve no mundo. A China não tem conflitos internacionais. Seu único tema é Taiwan.

A China, hoje, é a segunda força militar do planeta. É o maior exportador e importador do mundo. Faz o melhor soft power entre todos os países, pela sua força econômica, tecnológica e produtos de alta qualidade com preços extremamente competitivos. Além de um gigantesco mercado interno consumidor. A Apple vende muito mais celulares na China do que nos Estados Unidos.

Trump não deve ler nem orelha de livros. Oxalá ele pudesse beber nas fontes de Confúcio e Deng Xiaoping. Estamos sob risco de dois inescrupulosos presidentes. Um no poder há 26 anos, e outro que pode ser derrotado pelos seus erros e pela arquitetura democrática norte-americana que, creio, é forte o suficiente para isso.

*Jornalista. Instagram: @sergiocabral_filho

EDITORIAL

O sobrepeso e o peso da transparência

Nos últimos tempos, as canetas emagrecedoras têm gerado grande repercussão no Brasil e no mundo, oferecendo uma promessa de solução para um dos maiores problemas de saúde pública da atualidade: a obesidade. O uso desses medicamentos, em especial aqueles à base de semaglutida, tem sido apontado como uma possível resposta para milhões de pessoas que lutam contra o excesso de peso, mas que não conseguem alcançar resultados duradouros. No entanto, é fundamental que o Ministério da Saúde adote uma postura de total transparência em relação a esses tratamentos, apresentando claramente tanto seus benefícios quanto seus riscos.

É inegável que a obesidade está entre as principais causas de doenças graves e mortes no Brasil e no mundo. Dados da Organização Mundial da Saúde indicam que mais de 2,8 milhões de pessoas morrem anualmente em função de doenças relacionadas ao excesso de peso, como diabetes tipo 2, hipertensão e doenças cardiovasculares. No Brasil, cerca de 60% da população adulta está acima do peso, e 26% é diagnosticada com obesidade. Esse quadro alarmante leva muitas pessoas a buscar alternativas, como as canetas emagrecedoras, que têm se mostrado eficazes na redução do peso para aqueles que não

obtiveram sucesso com outros tratamentos. No entanto, o que se observa é uma popularização acelerada desses medicamentos, sem a devida discussão sobre seus efeitos adversos e a necessidade de um acompanhamento médico rigoroso durante o uso.

É preciso alertar sobre os riscos do uso indiscriminado dessas substâncias, que podem causar efeitos colaterais como náuseas, vômitos e até riscos graves como a pancreatite. Além disso, ainda há muita incerteza sobre os impactos a longo prazo do uso contínuo dessas medicações no organismo. Esse cenário exige uma abordagem mais responsável e transparente por parte das autoridades de saúde. O Ministério da Saúde tem o dever de orientar a população de forma clara sobre os cuidados necessários ao optar por essas alternativas, e isso inclui a obrigatoriedade de acompanhamento médico e a conscientização sobre os riscos envolvidos.

Por outro lado, não podemos esquecer que, para muitas pessoas, essas canetas representam a única esperança de um emagrecimento eficaz e saudável. Para aqueles que lutam contra a obesidade de forma crônica e enfrentam dificuldades em perder peso, as canetas emagrecedoras podem, sim, ser uma ferramenta importante no tratamento da obesidade.

Opinião do leitor

Prejuízos nos Correios

No governo Bolsonaro, os Correios tiveram lucros de R\$ 5,1 bilhões, R\$ 3,7 bilhões e prejuízo de R\$ 809 milhões. Infelizmente, usou os seus recursos para financiar shows de diversos cantores, fazendo propaganda do Governo. Atualmente, tem um prejuízo de R\$ 8,5 bilhões. É uma lástima, que uma empresa com grande credibilidade termine dessa maneira.

Luiz Felipe Schittini
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo - SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas - SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

Como o Supremo despreza a Constituição e passa perigosamente a legislar - Parte I



Decisões com impacto em toda magistratura do país e no processo sucessório do estado do Rio

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Cláudio Magnavita*

Como classificar o período de caos que o Superior Tribunal Federal (STF) vem criando na sociedade brasileira, assumindo o papel de legislador e fazendo suas próprias leis, ignorando a Constituição?

Vem do latim uma expressão que retrata a postura da Suprema Corte brasileira: **“Arbiter legibus solutus”**. Traduzida de uma forma livre, significa **“Juiz livre das leis”** (ou desvinculado delas). Ela descreve a situação onde o magistrado ignora o texto legal para decidir com base em sua própria vontade ou critérios subjetivos. No caso de parte do STF, para atender interesses políticos ou para tentar melhorar a sua própria imagem junto à opinião pública.

Esta expressão é herdeira do conceito de **“Princeps legibus solutus”** — O Príncipe está livre das leis. No contexto judicial, ela é usada para denunciar o autoritarismo. Outro termo do latim que se encaixa com precisão é **“Iudex legislator”** — Juiz legislador — usado quando o Judiciário está usurpando a função dos representantes eleitos pelo povo.

Durante anos, o saudoso professor **Hélio Alonso**, fundador da FACHA - Faculdades Hélio Alonso, se notabilizou como professor de latim para os jovens advogados interessados em ingressar na magistratura. Muitos deles se notabilizaram como juízes, desembargadores e até ministros do STJ e STF. Ele sabia que o latim, como base do direito romano, era eterno e funcionava como espada para sintetizar situações vexaminosas como a que vivemos hoje.

O primeiro grande caso

Para compreender o que estamos vivendo em pleno 2026, vamos recorrer ao julgamento da **Rcl 88319** e **ADI 6606**, ocorrido no histórico 25 de fevereiro de 2026.

Naquele dia, o Procurador-Geral da República (PGR), o comedido **Paulo Gonet**, criticou enfaticamente o que chamou de “ampliação indevida” do objeto da causa por parte dos ministros.

Foi uma sustentação histórica com uma importância que passou despercebida por grande parte da mídia e do próprio judiciário.

Gonet afirmou que a **Rcl 88319** nasceu de uma disputa restrita sobre o sub-teto de honorários de sucumbência dos procuradores de **Praia Grande (SP)**. Segundo ele, a decisão liminar de Flávio Dino tratou de temas “alheios ao objeto da causa”, como a revisão de verbas em todo o país e em outros Poderes. Uma decisão que impactou a vida de milhares de magistrados e procuradores — cerca de 19 mil juízes e 13 mil membros do Ministério Público. Embora tenham garantido o retorno do quinquênio, sofreram um limite de 35% para outras verbas indenizatórias.

Entidades da classe alertaram para o risco de paralisação de serviços públicos e uma onda de ações judiciais, já que verbas consolidadas há anos foram cortadas abruptamente por falta de lei formal.



Procurador-Geral de República, Paulo Gonet apontou erros na decisão do STF contra magistrados e procuradores

O estilo discreto do PGR, **Paulo Gonet**, naquela sustentação histórica foi certo. Sustentou que, ao determinar que o Congresso Nacional e outros órgãos tomassem providências gerais sobre os direitos dos magistrados e procuradores, o STF extrapolou seus limites jurisdicionais, interferindo na autonomia de outros entes e poderes.

Os argumentos jurídicos foram ignorados pelos ministros do STF, interessados em criar uma cortina de fumaça, uma espécie de **“Fumus praesidii Supremi Tribunalis”** — Fumaça da proteção do Tribunal Supremo.

E a decisão ceifou direitos líquidos e certos, avalizados pelos tribunais regionais e legislativos estaduais, além do próprio Conselho Nacional de Justiça, determinando a outro poder que resolvesse o caso. A magistratura e os tribunais estaduais enfrentaram o que classificaram como uma “intervenção sem precedentes” em sua autonomia administrativa.

Muitos presidentes de tribunais estaduais manifestaram que a suspensão imediata de verbas compromete o planejamento financeiro das cortes e ignora as realidades regionais de custo de vida.

Como muitos estados usam o teto do Judiciário como referência para outras carreiras, servidores técnicos e analistas viram benefícios históricos (como licenças-prêmio convertidas em pecúnia) serem suspensos preventivamente por medo de sanções dos Tribunais de Contas.

Neste caso, é preciso dar protagonismo à corajosa e impecável sustentação feita pelo PGR, **Paulo Gonet**, que falou para história e expôs o descasamento do Supremo com os marcos legais. Fotografou um caso de **“Arbiter legibus solutus”** ou “Juiz livre das leis” (ou desvinculado delas). Uma atitude que afetou os pobres mortais da magistratura e do Ministério Público só para salvar a imagem dos “Deuses Imortais” do Olimpo jurídico brasileiro.

O segundo grande caso

O que seriam casos isolados, a interferência do Supremo Tribunal Federal, neste caso de parte dos seus ministros, no processo sucessório do Rio de Janeiro, se convergem.

A correlação entre o julgamento da **ADI 6606** e **Rcl 88319** e as decisões na **ADI 7731** e na **Rcl 68223** reside no debate central sobre o **ativismo judicial**

e **político do STF**: os limites da sua atuação como “legislador positivo” e o impacto na **autonomia dos Estados e Municípios**.

Essas decisões são vistas como uma violação ao **Pacto Federativo**. Nos dois casos, há interferência do STF nos Estados e Legislativo. No caso da **Rcl 68223** e **ADI 7731**, uma interferência na sucessão do Estado do Rio de Janeiro, o terceiro colégio eleitoral do país.

A principal alegação é a ofensa direta ao **Artigo 141 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro** (e simetricamente aos Arts. 79 e 80 da Constituição Federal). Ao manter o presidente do TJRJ - Tribunal de Justiça do Rio (que é o último na linha), mesmo após a Alerj ter um novo presidente eleito, estaria sendo ignorada a ordem prioritária estabelecida pelo poder constituinte.

O entendimento é que a interinidade por um membro do Judiciário deve ser a **última “ratio”** — último recurso —, privilegiando-se sempre os sucessores oriundos de voto popular (direto ou indireto) para preservar a legitimidade democrática. Diferente do presidente do TJRJ, o novo presidente da Alerj e os deputados votantes foram eleitos por voto popular.

No julgamento do mérito sobre o modelo de sucessão (se direta ou indireta), os ministros **Luiz Fux**, **André Mendonça**, **Nunes Marques** e **Cármem Lúcia**, de fato, formaram uma divergência contra o relator Cristiano Zanin, defendendo que a eleição deve ser **indireta** (realizada pela Alerj).

Os ministros Luiz Fux e André Mendonça defendem, em seus votos sobre a eleição indireta, que a sucessão deve seguir o rito parlamentar previsto na **Constituição Estadual**, que é implicitamente válida a primazia da Alerj na linha sucessória. No entanto, o pedido específico de Douglas Ruas para assumir a interinidade **imediatamente** foi encaminhado ao ministro Luiz Fux (em uma ação paralela) e também é objeto de disputa na **Reclamação 92.644**, sob relatoria de Zanin. Ele argumentou que a manutenção de Ricardo Couto no cargo decorre de uma **deliberação anterior do Plenário do STF**. O ministro ressaltou que, ao suspender o julgamento sobre o formato das eleições suplementares em 9 de abril, o colegiado determinou expressamente que o presidente do TJRJ permaneceria no cargo até que a Corte concluísse a análise do mérito.

Neste caso, há uma pegadinha em curso para constringer ou barrar uma decisão posterior do ministro Luiz Fux. Como relator, Zanin pontuou que, como a situação atual foi estabelecida pelo conjunto de ministros, ele **não poderia, por decisão individual (monocrática), alterar o que foi proclamado pelo Plenário**. Segundo Zanin, a eleição de Douglas Ruas para a presidência da Alerj tem efeitos internos na Assembleia, mas não possui o “condão” (poder jurídico) de revoar automaticamente a ordem do STF.

Quem assistiu o julgamento (ele está disponível no YouTube do STF) perceberá que não houve uma votação específica para este caso. A corte apenas EXPLICITOU que continuava em vigor a liminar, concedida monocraticamente pelo relator, que determinava a manutenção do presidente do TJRJ no cargo de governador em exercício, até nova decisão. Não poderia ser diferente naquela data, já que o presidente da Alerj não estava eleito.

Sem argumentos jurídicos e constitucionais, a decisão de Zanin se apegou por uma decisão coletiva que não houve. Apenas se explicitou, como está publicado na ata do julgamento. Não houve a conversão explícita da liminar em uma decisão coletiva neste item, até porque deixou em aberto a possibilidade de uma nova decisão. Está tudo no vídeo da sessão.

Governador Constitucional X Interventor Judicial

Com a eleição da mesa da Alerj, o estado do Rio de Janeiro passa a ter um governador interino Constitucional, segundo as regras da Constituição Estadual e um Interventor Judicial, colocado no cargo de forma legítima até a expiração da sua legalidade, com a reposição da linha sucessória.

No seu voto, o ministro Luiz Fux afirma que a linha sucessória deve priorizar o representante eleito pelo povo no Legislativo antes de qualquer intervenção do Judiciário. Ele entende que a interinidade do presidente do TJRJ é uma exceção absoluta que deve cessar assim que a Assembleia esteja apta a assumir suas funções sucessórias.

Na mesma linha, o ministro André Mendonça defendeu que o exercício do poder por um membro do Judiciário (presidente do TJRJ) deve ser o mais breve possível. Segundo seu posicionamento, havendo um presidente da Alerj eleito (no caso, Douglas Ruas), a **linha sucessória natural** deve ser recomposta para preservar o equilíbrio entre os poderes e a legitimidade democrática.

Nos dois casos, o que deve prevalecer é a linha sucessória ocupada por mandatos oriundos do eleitor, caso que o presidente do TJRJ não possui, ficando como Interventor Judicial por conta da vontade de um único ministro.

Nota da Redação: Na edição da próxima terça, 28 de abril, a segunda parte desta reportagem com o tema: **Atos do “Interventor Judicial” após 17 de abril podem ser anulados e a Interferência e vantagens políticas do PSD Fluminense com o caos sucessório no Rio?**

*Diretor de Redação do Correio da Manhã

Tales Faria

Dosimetria: Congresso derruba veto, mas STF diminuirá perdão

Está prevista para esta semana a derrubada pelo Congresso do veto integral que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) impôs ao projeto de nova dosimetria das penas dos envolvidos na tentativa de golpe do 8 de janeiro de 2023. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), defende publicamente a derrubada.

Após a votação, partidos governistas entrarão com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) argumentando pela inconstitucionalidade do projeto. O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) acusa o pré-candidato do PL a presidente, senador Flávio Bolsonaro (RJ), de articular pessoalmente em defesa de “traficantes e amigos milicianos, como Fernandinho Beira-Mar e Marcola”.

Ministros do Supremo acreditam que o texto não deverá ser considerado de todo inconstitucional pela Corte. Apos-

tam em uma situação intermediária, com o plenário do STF promovendo ajustes de modo a evitar “alguns impactos desproporcionais” na diminuição das penas.

Ou seja, o Supremo deverá manter a derrubada do veto, mas diminuir o perdão aos condenados proposto pelo Congresso, inclusive ao próprio ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ele foi condenado a 27 anos e três meses de prisão. Segundo o relator da proposta na Câmara, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), Bolsonaro teria a pena diminuída para “dois anos e alguns meses”.

Os ministros do STF esperam que o próprio relator do processo venha a sugerir ajustes para não diminuir tanto as penas, mas, se ele não o fizer, haverá votos nesse sentido com tendência clara a obter maioria no plenário da Corte.

Uma questão que já está sendo levantada no Congresso, não só entre

governistas, é quanto ao choque entre a diminuição de penas da nova dosimetria e projetos de endurecimento de penas recentemente aprovados pelos parlamentares.

É o caso do Pacote Anticrime, que promoveu o endurecimento das regras de progressão de penas variando de 16% a 70%; da Lei do Femicídio, que estabeleceu um patamar mais rígido para a progressão a regimes mais brandos; e da Lei Antifacção, ou Marco Legal do Combate ao Crime Organizado, que elevou consideravelmente os percentuais para a progressão de regime, especialmente em relação aos crimes hediondos e àqueles que resultam em morte.

Os ministros terão que compatibilizar a nova dosimetria com as leis recentes de endurecimento contra a criminalidade votadas pelos parlamentares, desfazendo eventuais contradições na legislação.

Essa polêmica já havia sido levantada no Senado quando se notou que o texto da Câmara estabeleceu um afrouxamento na progressão de regime. Abria margem para que autores de crimes sexuais não hediondos fossem beneficiados. Os senadores Sérgio Moro (PL-PR) e Esperidião Amin (União-PR) tentaram resolver o problema, mas o deputado Paulo Abi-Ackel afirma que, com a derrubada do veto ao PL da Dosimetria, “condenados por outros crimes gravíssimos passarão a cumprir percentuais menores de pena para progredir de regime”.

A fim de evitar o problema ele até elaborou um projeto de lei com critérios de progressão de regime mais rigorosos para crimes hediondos ou equiparados, milícias armadas, organizações criminosas ultraviolentas e feminicídios.

Mas, de qualquer maneira, os bolsonaristas vão comemorar vitória nessa semana.

Dora Kramer*

A influência do caso Master nas eleições

Se estiverem certas as projeções correntes no meio jurídico, as delações premiadas de Daniel Vorcaro e companhia, se aceitas pela Polícia Federal, Ministério Público e Supremo Tribunal Federal, vão chegar ao conhecimento público no auge da campanha eleitoral.

Considerando que não cabe aos delatores escolher quem entregam ou quem protegem, se quiserem contar com os benefícios previstos em lei, eles não poderão ser seletivos. Vão precisar entregar todos os que pretenderam ou conseguiram cooptar para manter seu esquema

fraudulento em pé.

Ao que se sabe até agora, a ofensiva sobre os poderosos da República foi ecumênica. Em maior ou menor grau, incluiu gente de direita e esquerda, de governo ou de oposição, atingindo personagens ligados aos Bolsonaro e aos Lula da Silva.

Portanto, o que vem por aí a ser revelado, há danos presumidos para as candidaturas do presidente e do filho do ex-presidente. Nenhum deles está imune aos respingos do escândalo.

Em tese, abre-se um caminho pelo qual pode transitar a ainda insipiente e desacre-

ditada via alternativa, na composição dos nomes de Ronaldo Caiado (PSD), Romeu Zema (Novo), Renan Santos (Missão), Augusto Cury (Avante), Aldo Rebelo (DC) e demais nanicos. Vai depender da qualidade do diálogo que esse grupo conseguir estabelecer com o eleitorado e se a corrupção for considerada fator importante na decisão do voto.

O eleitor talvez esteja farto de denúncias e vacinado pelo desmonte de escândalos e, nesta hipótese, o escândalo do Master teria pouca ou nenhuma influência na disputa pela Presidência. Mas isso se o caso

do banco liquidado não tivesse respingado forte no Supremo Tribunal Federal e feito a corte ficar entregue à própria sorte em sua crise de reputação.

Isso pode desviar o eixo do conteúdo das denúncias para os juízes e, assim, colocá-los num campo cujos atacantes já não seriam só os de direita. A esquerda, pela voz de Lula e do PT, percebeu potencial do tema e já tratou de incluir a reforma do Judiciário na agenda do partido.

***Jornalista e comentarista de política**

Marcelo Alves*

Luz no Palco

Há campanhas publicitárias que vendem produtos. Outras, mais raras, vendem ideias. E existem aquelas que fazem algo ainda mais poderoso: vendem destinos, sensações e posicionamentos.

A recente campanha da cerveja Corona para o evento “Todo mundo no Rio”, com show da pop mundial Shakira, se enquadra exatamente nessa terceira categoria — e merece ser observada com atenção por todos que pensam marketing, turismo e cidade.

O Rio de Janeiro sempre teve um ativo inquestionável: sua paisagem. Praias icônicas, montanhas lindíssimas, um horizonte que mistura natureza e urbanidade como poucas cidades no mundo conseguem.

Ainda assim, por muito tempo, a forma como esses ativos foram explorados em grandes eventos — especialmente os transmitidos por televisão e mídias digitais — nem sempre potencializou essa vantagem competitiva.

A campanha publicitária em questão acerta justamente onde muitos negligenciam: na luz.

Ao escolher retratar Copacabana no final de tarde, no momento exato em que o sol se despede e desenha contornos dourados sobre o mar, com o Pão de Açúcar perfeitamente enquadrado e reconhecível, a campanha não apenas comunica um evento — ela constrói um imaginário. Um convite silencioso, porém irresistível, para estar ali.

Essa decisão estética carrega um valor estratégico enorme. Eventos noturnos têm sua força, como o Réveillon, sem dúvida um dos maiores espetáculos do mundo.

No entanto, a leitura visual da cidade à noite muitas vezes dilui sua identidade geográfica. A praia escurecida, as luzes difusas, a perda dos marcos naturais... tudo isso reduz o potencial de transformar a imagem em desejo imediato.

Já o entardecer — e especialmente o

fim de tarde — é um ativo subutilizado. É quando a cidade revela sua forma, sua textura, sua assinatura visual. É quando o espectador, mesmo a milhares de quilômetros de distância, reconhece: isso é Rio.

E reconhecimento, em marketing de destino, é tudo. A campanha do “Todo mundo no Rio” vai além ao posicionar um grande público ocupando a areia de Copacabana, em um cenário vibrante, vivo, desejado. Não é apenas sobre um show. É sobre pertencimento. Sobre a experiência coletiva em um dos cenários mais emblemáticos do planeta. É o Rio sendo consumido não apenas como lugar, mas como experiência aspiracional.

Outro ponto relevante é o timing. Maio marca um período pós-verão, tradicionalmente menos aquecido para o turismo. Criar uma campanha publicitária que não apenas promove um evento, mas reposiciona esse período como atrativo, é uma jogada inteligente. Mais do que atrair visi-

tantes, trata-se de redistribuir o fluxo turístico ao longo do ano — algo essencial para a sustentabilidade econômica da cidade.

O conceito “Todo mundo no Rio” já nasce forte, mas ganha potência quando associado a imagens que realmente vendem o destino. E aqui está a grande lição: não basta comunicar que algo está acontecendo. É preciso mostrar onde está acontecendo — e fazer com que esse “onde” seja tão desejável quanto o próprio evento.

A campanha publicitária da Corona, ao iluminar Copacabana com inteligência e sensibilidade, aponta um caminho. Um conceito que deveria ser adotado de forma consistente: dar luz ao palco que o Rio já possui naturalmente.

Porque, no fim, o Rio de Janeiro não precisa ser reinventado. Precisa ser bem mostrado. E, quando bem iluminado, poucos palcos no mundo brilham tanto.

***Marketing & Business Developer**

CORREIO POLÍTICO

Ricardo Stuckert/PR



Lula: discurso nacionalista não resolve tudo

Lula aposta no “Trump, go home”. Problema é economia

Há uma leitura de parte do governo de que os arroubos do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, auxiliam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sua tentativa de reeleição. Trump ajudaria Lula a recuperar o discurso nacionalista que por muito tempo ficou nas mãos do bolsonarismo. Ao mesmo tempo, joga sobre o bolsonarismo a ideia de que o grupo é que age contra os interesses nacionais ao estar alinhado a Trump em ações que prejudicam o Brasil. De fato, houve um momento em que essa ideia alavancou Lula, logo depois do tarifaço. Agora, porém, a possibilidade em outro ponto: as ações do presidente de Trump acentuam o maior problema hoje de Lula: o sentimento quanto à economia.

Impacto da inflação dos alimentos

É correta a leitura que faz o governo de que boa parte da sensação do brasileiro de que a economia vai mal parte do alto grau de endividamento da sociedade. Mas não é somente isso. Se a inflação de um modo geral está controlada, vem havendo uma alta no preço dos alimentos. Em março, a inflação somente da comida teve alta de 1,56%. Com alguns produtos tendo aumentos muito grandes. O tomate, por exemplo, subiu mais de 20%.

Pedro Gontijo/Agência Senado



Tereza alertou Alcolumbre e Durigan

Fertilizantes e queda nas exportações

É onde trava o “Trump, go home”: talvez não importe muito de quem vem a culpa se o problema pesar no bolso. Como mostramos aqui no Correio Político, essa já era há alguns dias a preocupação da senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura no governo Jair Bolsonaro. A guerra no Oriente Médio pode impactar ainda mais o preço dos alimentos porque pode provocar problemas na oferta de fertilizantes, que o Brasil importa na sua grande maioria (mais de 80%), e boa parte do Irã, justamente o país com o qual os EUA estão em guerra.

Falta de soluções concretas

A falta de fertilizantes pode impactar a safra, e fazer subir ainda mais o preço dos alimentos. A senadora chegou a pedir uma reunião com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), para tratar do tema. A reunião aconteceu, no dia 8 de abril, e dela participou também o ministro da Fazenda, Dario Durigan. Mas a conversa acabou tratando mais de outro tema.

POR RUDOLFO LAGO

Efeitos

A conversa acabou girando mais em torno de um projeto de lei que cria uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões para produtores rurais afetados por eventos mudanças climáticas. Pouco se falou sobre os efeitos da guerra de Trump no Oriente Médio. Ficou uma sensação de que o governo não tinha soluções concretas.

Exportações

O impacto das exportações já está sendo sentido. As exportações para o Golfo Pérsico já tiveram uma redução em março de 31,47%. E os dados são do próprio Ministério do Desenvolvimento, da plataforma ComexStat. E a queda vem bem na linha das preocupações, para países como Arábia Saudita.

Problema

Por enquanto, as contas ainda fecharam com superávit de US\$ 41,4 milhões, apesar da queda. Porque a venda de alguns produtos, como a carne bovina, compensou a queda grande de alguns outros produtos, especialmente milho e açúcar. A verdade é que esse não é apenas um problema brasileiro.

Diversificação

Mesmo antes do tarifaço, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações (Apex) já vinha trabalhando na diversificação dos destinos internacionais dos produtos brasileiros. Há alguns ganhos importantes. Caso, por exemplo, do contrato que a gigante chinesa das cafeterias, Luckin' Coffe, fechou com produtores de café de Rondônia.

Frango

O problema é que tais avanços não mitigam eventuais impactos. As exportações de frango, por exemplo, caíram 20% para os países do Oriente Médio. O custo da exportação aumentou com rotas alternativas. Cerca de 30% das exportações de frango brasileiras são para países do Oriente Médio.

Acordo

No dia 1º de Maio, entra em vigor o acordo entre a União Europeia e o Mercosul. E o governo aposta muito nele também para compensar perdas. Ocorre, porém, que o acordo entra de forma provisória. Há ainda resistência de países, como a França e a Polônia. O acordo foi judicializado. Nada foi, portanto, resolvido.



Após Toffoli se declarar suspeito, ação ficou para Zanin

Segue o impasse institucional no Rio

STF precisa destravar como será eleição para mandato-tampão

Por Beatriz Matos

A crise política no Rio de Janeiro (RJ) entra em uma nova fase nesta semana, com potencial de redefinir o rumo do estado. A publicação do acórdão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a decisão do ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), recolocam no centro do debate não apenas quem governa, mas como e quando os eleitores voltarão às urnas.

No momento, o comando segue com o presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Ricardo Couto. Isso porque Zanin decidiu manter a estrutura atual até que o Supremo conclua o julgamento sobre o modelo de eleição. Na decisão, o ministro foi direto ao afirmar que deve ser preservado o arranjo já fixado pela Corte. “Até o final julgamento desta reclamação seja mantido o Presidente do Tribunal de Justiça [...] no exercício do cargo de Governador do Estado”.

A manifestação de Zanin responde à tentativa do presidente da Assembleia Legislativa, Douglas Ruas (PL), de assumir o governo com base na linha sucessória após sua eleição para o comando da Casa. O ministro, no entanto, afastou essa possibilidade neste momento e reforçou que o ponto central ainda não é a sucessão imediata, mas o próprio formato da eleição que deverá ocorrer.

Ao analisar o caso, Zanin também destacou que o debate não envolve a validade da eleição na Alerj, mas sim o desfecho institucional após a dupla vacância. Segundo ele, a discussão gira em torno da realização de novas eleições e da interpretação do artigo 224 do Código Eleitoral, já validado pelo próprio STF em precedente anterior.

A publicação do acórdão do TSE, por sua vez, adiciona um novo elemento de pressão sobre o Supremo. O documento consolida a decisão que declarou a inelegibilidade do ex-governador Cláudio Castro (PL) e reconheceu irregularidades graves no uso da máquina pública.

Entre os pontos destacados, o tribunal identificou um “método estruturado de promoção pessoal custeado pelo erário”, com contratações em massa, ausência de controle e uso de programas sociais com finalidade eleitoral.

O TSE também determinou a realização de novas eleições para o governo do estado, mas sem especificar se o pleito deve ser direto ou indireto — justamente a lacuna que travou o julgamento no STF.

É nesse ponto que o processo entra em sua fase mais sensível. O julgamento no Supremo foi interrompido após pedido de vista do ministro Flávio Dino, que aguardava a publicação do acórdão para esclarecer dúvidas sobre a decisão eleitoral.

Curta com o feriado, semana será decisiva no Congresso

Veto do PL da Dosimetria, sabatina de Messias e jornada 6X1 na agenda

Por Gabriela Gallo

Mesmo com o feriado do Dia do Trabalhador nesta sexta-feira (1º), a semana será muito movimentada no Congresso Nacional. Nesta quinta-feira (30), está agendada uma sessão conjunta com deputados federais e senadores da República para discutir o veto integral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Projeto de Lei (PL) que reduz a dosimetria das penas dos envolvidos nos atos antidemocráticos contra as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. A sessão foi convocada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

O PL da dosimetria foi aprovado no Congresso em dezembro de 2025 e foi vetado pelo presidente Lula em 8 de janeiro desta ano, exatamente três anos após a invasão dos prédios dos Três Poderes.

A medida altera o cálculo das penas, evitando a soma de crimes similares no mesmo contexto, permitindo progressão de regime mais rápida. Para além da oposição governista, o texto contou com o apoio do Centrão, após diversas críticas de que as penas aplicadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) foram exageradamente elevadas (algumas ultrapassando os 17 anos de prisão).

Como o texto envolve os acusados de participar direta e indiretamente dos atos, a medida abrange o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), preso desde novembro do ano passado após ser condenado pela Primeira Turma do STF por tentativa de golpe de Estado.

Cabo de guerra

O tema é um cabo de guerra entre parlamentares da base governista e da oposição. Para que o veto presidencial seja derrubado, são necessários 257 votos na Câmara dos Deputados e 41 votos no Senado. Se for derrubado o veto, o texto vira lei automaticamente após a promulgação do Congresso, sem depender do Executivo.

Ao Correio da Manhã, o cientista político Rócio Barreto destacou que, apesar de o texto já ter sido aprovado pelos congressistas anteriormente, isso não quer dizer que o veto será integralmente derrubado.

“O tema é altamente polarizado. Os governistas defendem a punição exemplar pelos atos de 8 de janeiro, oposição e parte do Centrão defendem a revisão das penas, alegando que há excessos. O custo político é elevadíssimo, derrubar o veto pode ser interpretado como flexibilização de punição por ataques à democracia, manter o veto pode gerar atrito com a base parlamentar, que aprovou o projeto”, ele disse.



Congresso se reúne na terça para analisar veto ao PL da Dosimetria

“Esse tipo de votação depende da presença em plenário, articulação de última hora, liberação ou não das bancadas pelos partidos para votarem como acharem o que pensam, o que acharem conveniente. É uma votação aberta até o último momento”.

O analista político ainda reiterou que o foco da medida não pode ser algo meramente político, mas sim um debate público que deve “estar focado principalmente sobre o efeito jurídico mais amplo e estrutural no sistema penal”.

“Esse projeto pode mudar tecnicamente como se calcular a pena criminal, impede somar penas de crimes praticados no mesmo contexto, o que pode ser usado em outras condenações, inclusive em caráter criminal. E isso pode afetar muitas outras coisas, num caso de múltiplos crimes, organização criminosa, somando mais outros delitos, e também pode reduzir em diversas situações, não só políticas.”

O projeto também reduz o tempo mínimo para progressão em alguns casos, o que pode ampliar a pena a ser paga sem prisão, um efeito sistêmico que também pode gerar revisão de penas já aplicadas em outros crimes, pode impactar principalmente uma jurisprudência futura”, reiterou Barreto.

Messias

Um dia antes da sessão conjunta do Congresso, na quarta-feira (29), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado realizará a sabatina do indicado do presidente Lula, o advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, para assumir a cadeira no Supremo Tribunal Federal. Caso Messias consiga 14 votos favoráveis na CCJ, a votação seguirá para o plenário da Casa e, caso ele consiga ao menos 41 votos a favor de sua indicação, ele será o novo ministro da Corte.



Sabatina de Messias será na quarta

O relator da indicação de Jorge Messias, o senador Weverton Rocha (PDT-MA), já apresentou seu parecer favorável à indicação do advogado-geral da União. Para assumir o cargo de ministro da Suprema Corte, o indicado precisa cumprir os pré-requisitos: ter mais de 35 anos e menos de 70 anos de idade, apresentar notável saber jurídico e ter uma reputação ilibada (que não se deixa ser corrompido).

Desde que o ex-ministro do STF Luis Roberto Barroso se aposentou antecipadamente, em outubro do ano passado, o Supremo vem tocando os trabalhos com um ministro a menos (dez magistrados).

Apesar de ter encaminhado para o Senado a documentação oficial para a indicação de Messias ao STF no começo de abril, Lula já tinha confirmado a indicação desde novembro, mais de cinco meses antes da Sabatina. O caso foi adiado por falta de acordo na época com Davi Alcolumbre, que preferia que o nome indicado para assumir a vaga no Supremo fosse o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSB-MG).

Escala 6X1

Nesta semana começam as discussões e negociações da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que determina o fim da escala de trabalho 6X1, na qual o empregado trabalha seis dias da semana e tem apenas um dia de folga.

Na última sexta-feira (24), o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), publicou uma edição extra do Diário da Câmara dos Deputados oficializando a criação da comissão especial para discutir o tema. A comissão especial será composta por 37 membros titulares e 37 suplentes. Será escolhido um presidente da comissão especial e um novo relator para a proposta. Os membros da comissão analisarão o relatório do deputado federal Paulo Aziz (União Brasil-BA), aprovado na última semana na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Vale destacar que o parecer é uma junção das PECs 221/2019 e 8/2025, ambas determinam a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 36 horas semanais, mas uma determina um prazo de dez anos para a adaptação do novo modelo de trabalho enquanto a outra estabelece a mudança imediata. A CCJ apenas concluiu que a matéria é constitucional e tem condições de ser aprovada. Agora, a comissão especial definirá eventuais alterações do texto.

Misoginia

Na última sexta-feira, Motta ainda confirmou a criação do Grupo de Trabalho (GT) que discutirá o chamado PL da Misoginia (PL 896/2023), que altera o Código Penal para “dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia”. O grupo será coordenado pela deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP) e terá 45 dias para conduzir os trabalhos.

Por meio de suas redes sociais, a parlamentar agradeceu a confiança para conduzir o GT e reiterou que o projeto é “urgente”.

“O que está em jogo é a resposta do Parlamento a uma violência que intimida e tenta calar mulheres todos os dias. Vou conduzir esse Grupo de Trabalho com responsabilidade, escuta e firmeza, para construir um texto sólido, dar segurança jurídica à pauta e levar essa resposta ao plenário com a rapidez que o tema exige”, manifestou Tabata.

O PL da Misoginia já foi aprovado no Senado em março deste ano, em meio às diárias notícias de feminicídios e tentativas de feminicídios no país. O projeto tipifica crimes relacionados a misoginia como discurso de ódio e discriminação contra mulheres, com penas que podem chegar até cinco anos de prisão além do pagamento de multa.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em março deste ano, o Brasil registrou 1.568 assassinatos de mulheres, em razão de sua condição de gênero, em 2025. Esse é o recorde de número de feminicídios nos últimos dez anos, um aumento de 4,7% em relação a 2024. E a tendência é que o número seja ainda maior já que há diversos casos que não são registrados.

Ética

Além disso, nesta terça-feira (28) o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara votará duas representações contra o deputado federal Marcos Pollon (PL-MS), ambas por quebra de decoro.

A Representação 24/2025, de origem da Mesa Diretora da Casa, diz respeito a quando parlamentares da oposição, tanto da Câmara quanto do Senado, ocuparam a Mesa no plenário para impedir o prosseguimento das sessões. Dos congressistas identificados por envolvimento no caso, Marcos Pollon ocupou a cadeira da presidência da Casa a fim de impedir os andamentos da Câmara por “gesto intencional e premeditado”, segundo o documento no Conselho.

Já a Representação 26/2025, de relatoria do deputado Ricardo Maia (MDB-BA), se refere a quando o parlamentar “proferiu declaração contendo expressões ofensivas e de cunho pessoal contra o Presidente” Hugo Motta, durante um evento em Campo Grande (MS). Segundo o parecer, “embora a manifestação tenha ocorrido fora do recinto parlamentar, o episódio foi gravado e amplamente divulgado nas redes sociais, gerando repercussão pública negativa e atingindo a honorabilidade e a credibilidade da Câmara dos Deputados perante a sociedade”.

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Reprodução/Instagram de Rogéria Bolsonaro



Eduardo, Carlos e Flávio com a mãe, Rogéria.

PL nega que Rogéria, ex de Bolsonaro, disputará Senado

Presidente do PL-RJ, o deputado federal Altineu Côrtes nega que Rogéria Bolsonaro, ex-mulher de Jair Bolsonaro, será candidata ao Senado pelo Estado do Rio. Pelo acordo anunciado em fevereiro, a ex-vereadora ocuparia a primeira suplência da chapa ao Senado que será encabeçada por Marcio Canella (União Brasil), ex-prefeito de Belford Roxo (RJ).

Rogéria (PL) foi incluída em pesquisa do Instituto Paraná divulgada na última sexta. Seu nome entrou na lista em uma das simulações — ela ocuparia o lugar reservado ao ex-governador Cláudio Castro (PL), declarado inelegível pela Justiça Eleitoral. Neste cenário, segundo o levantamento, ela só ficaria atrás de Benedita da Silva (PT)

No lugar de Jair

“O candidato é o Cláudio”, escreveu Côrtes em resposta a mensagem enviada pelo Correio Bastidores. O ex-governador já anunciou que tentará recursos à Justiça para conseguir se candidatar.

Mãe dos três filhos mais velhos de Jair, Rogéria entrou na política em 1992 para herdar os votos do então marido, Jair. Eleito deputado federal dois anos antes, ele renunciara ao mandato de vereador.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Bolsonaro lançou o filho para derrubar votação da ex

Responsável por Carlos

Ela foi indiretamente responsável pela entrada de um dos filhos, Carlos, na política. Irritado com Rogéria, que estava em seu segundo mandato, Jair, em 2000, lançou seu 02 à Câmara para tirar os votos de sua já ex-mulher. Deu certo, embora tivesse apenas 17 anos, Carlos foi eleito; sua mãe, não.

Apesar dos conflitos, Jair e Rogéria se reaproximaram e, em 2020, ela voltou a tentar uma vaga de vereadora no Rio, mas obteve apenas 2.033, foi apenas a 266ª mais votada.

Uma grande família

No PL, há quem atribua a Jair Bolsonaro a inclusão do nome da ex na lista. Seria uma forma de ele testar o peso de seu sobrenome no Rio de Janeiro, berço de sua atuação. Em tese, com a saída de Cláudio os nomes mais prováveis para o Senado seriam os de Côrtes, do deputado Sóstenes Cavalcante, do senador Carlos Portinho e do delegado Felipe Curi. Mas Jair adora soluções familiares.

Diferenças

Curiosidade: segundo dados fornecidos pelo Paraná ao Tribunal Superior Eleitoral, a pesquisa foi presencial, bancada com recursos do próprio instituto e custou R\$ 45 mil. Na quinta passada, a Quaest registrou uma pesquisa semelhante que custará R\$ 205 mil e será paga pelo Banco Genial.

Sem ela

O nome de Rogéria Bolsonaro não consta do questionário da Quaest — além de Castro, outro nome do PL incluído foi o de Felipe Curi, ex-secretário de Polícia Civil. Da lista consta também Alessandro Molon (PSB), que seria outro candidato da esquerda. O resultado da nova pesquisa será divulgado hoje.

Briga e temor

A direita tem adorado a briga de Romeu Zema (Novo) com o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. Mas há, entre bolsonaristas, o temor de que, com isso, o ex-governador de Minas Gerais apareça mais do que o previsto e possa conquistar pontos importantes em pesquisas para presidente.

Olho vivo

O medo aumentou depois que Tarcísio de Freitas (Republicanos), governador de São Paulo, elogiou a gestão de Zema e criticou a polarização. Há a preocupação de que esteja sendo construída uma articulação de uma direita que não quer ficar presa ao bolsonarismo. A candidatura de Flávio Bolsonaro é tida como consolidada, mas...

Falso Uber

O assédio de taxistas em aeroportos cariocas é mesmo absurdo, e precisa ser reprimido — ninguém merece ser alvo de tanto constrangimento. Mas há outra arapuca para passageiros, algo que ocorre no Galeão/Tom Jobim e em, pelo menos, em Confins (MG) e Salvador (BA). O golpe, veja só, do falso Uber.

É roubada

Motoristas de carros comuns se aproximam de passageiros que esperam veículos de aplicativos, se apresentam como vinculados à Uber e se oferecem para fazer corridas. Vale lembrar: carros de aplicativos são pedidos pelo celular; embarcar num veículo qualquer é um risco absurdo para o passageiro.



Manutenção da prisão aponta para negociação de delação

Prisão do ex-BRB acelera fase das delações

Com decisão do STF, Paulo Henrique vira peça-chave

Por Beatriz Matos

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que manteve a prisão do ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa muda o ritmo de uma investigação sobre o Banco Master, que já entrou na fase mais delicada: a das delações.

Paulo Henrique foi preso no dia 16 de abril, durante a quarta fase da operação da Polícia Federal (PF), e segue detido desde então. Com o banqueiro Daniel Vercaro já à frente, nos bastidores da PF, a avaliação é de que o jogo agora não é mais sobre quem inicia uma delação, mas sobre quem consegue entregar informações mais relevantes.

Por unanimidade - com exceção de Dias Toffoli, que se declarou impedido - os ministros seguiram o voto do relator, André Mendonça, e mantiveram a prisão preventiva do ex-dirigente do banco público. No centro da investigação está a suspeita de que ele tenha recebido cerca de R\$ 146,5 milhões em vantagens indevidas do banqueiro Daniel Vercaro, principalmente por meio da entrega de imóveis de alto padrão.

De acordo com a PF, esses benefícios estariam ligados a decisões tomadas dentro do banco para favorecer negócios envolvendo o Banco Master, como a compra de carteiras de crédito muitas vezes falsas e com problemas.

No voto que manteve a prisão, André Mendonça descreve um arranjo que vai além de falhas de gestão. Segundo o ministro,

há indícios de uma atuação consciente para viabilizar operações consideradas irregulares dentro do BRB, mesmo diante de alertas técnicos.

A decisão aponta que o então presidente do banco teria ignorado inconsistências nas carteiras adquiridas, incluindo ausência de lastro e problemas de documentação, para acelerar negócios ligados ao Banco Master. Ao mesmo tempo, segundo a investigação, ele seria o beneficiário direto de um pacote milionário de imóveis, associado às decisões tomadas no cargo.

Na Segunda Turma do STF, com a declaração de suspeição de Toffoli, o voto mais aguardado era o de Gilmar Mendes.

Gilmar vinha de um embate público com o ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema (Novo), que passou a divulgar vídeos em tom de sátira sobre o caso, na série “Os Intocáveis”, levantando questionamentos sobre a atuação de ministros do Supremo e a relação com Daniel Vercaro.

Ao votar, Gilmar acompanhou a manutenção da prisão de Paulo Henrique, mas adotou um tom mais cauteloso. Ele ressaltou que a análise ainda é preliminar e não permite conclusões definitivas sobre a existência de organização criminosa.

“Não se mostra adequado, neste momento processual, afirmar de forma peremptória que os investigados integram verdadeira organização criminosa”, destacou.

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRE SOUZA

Anac - Divulgação



Aéreas poderão usar recursos do Fundo de Aviação Civil

Governo libera crédito para aéreas enfrentar custos altos

Empresas aéreas brasileiras terão nova linha de crédito para enfrentar a disparada dos custos operacionais, sobretudo do querosene de aviação. O financiamento para capital de giro foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) na semana passada e integra o pacote emergencial do governo federal para preservar a oferta de voos e reduzir a pressão sobre as tarifas. Outra frente prevê recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), com operações via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e instituições habilitadas. A iniciativa busca reforçar o caixa das companhias em meio à volatilidade do petróleo, mantendo rotas, empregos, investimentos e a conectividade regional em todo o país.

Impostos sobre querosene de aviação

Além do crédito, no início do mês o governo adotou medidas paralelas para aliviar despesas do setor aéreo. Entre elas estão a desoneração temporária de PIS/Cofins sobre o querosene de aviação e a possibilidade de adiar para dezembro tarifas de navegação aérea referentes ao período de abril a junho. A expectativa oficial é conter repasses ao consumidor final, suavizar reajustes nas passagens e na inflação.

Divulgação / Freepik



Medida busca reforçar o caixa das cooperativas de leite.

Crédito do Pronaf para cooperativas

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou condições especiais para financiamento de capital de giro destinado a cooperativas familiares do setor de leite no âmbito do Pronaf, programa de crédito voltado ao fortalecimento da agricultura familiar. Pela Resolução 5.293/2026, até 30/junho/2026 essas cooperativas poderão contratar crédito de até R\$ 40 mi, limitado a R\$ 90 mil por associado enquadrado no programa. O prazo de pagamento será de até seis anos, com até 12 meses de carência e juros de 8% ao ano. A medida busca reforçar o caixa das cooperativas e sustentar a cadeia do leite.

Passagens aéreas mais caras em março

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) informou que o aumento dos preços das passagens aéreas registrado em março é consequência direta da alta do querosene de aviação (QAV), principal custo do setor. Segundo o órgão, o reajuste do combustível pressionou as tarifas, que podem ter alta entre 10% e 20%, dependendo da empresa e da demanda.

Energia mais cara I

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) confirmou que a bandeira tarifária do mês de maio será a amarela. Com isso, haverá custo adicional de R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos. A decisão foi tomada devido à redução de chuvas, o que leva a uma geração hidrelétrica menor e ao acionamento de usinas termelétricas.

Energia cara II

Com o acionamento da bandeira amarela, a ANEEL reforça que os consumidores devem cultivar bons hábitos de consumo para evitar desperdícios e contribuir para a sustentabilidade do setor elétrico. De janeiro a abril deste ano, a bandeira tarifária permaneceu verde, refletindo as condições favoráveis de geração.

Vergonhoso e ilegal I

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, classificou como "vergonhoso" e "ilegal" o projeto de lei enviado pelo governo ao Congresso que extingue a escala de trabalho 6x1 (seis dias de trabalho e um de descanso). A declaração foi dada em entrevista ao programa CNN 360°.

Vergonhoso e ilegal II

Skaf argumentou que o texto apresenta "evidente inconstitucionalidade", ao confrontar parâmetros sobre duração da jornada fixados pela Constituição de 1988, que limita o trabalho normal a oito horas diárias e 44 horas semanais, com possibilidade de compensação por acordo ou convenção coletiva. O governo quer cinco dias de trabalho e dois de descanso.

Regras do FGC I

O CMN aprovou novas regras para instituições associadas ao FGC. Bancos e financeiras que capturem recursos em volume elevado frente ao patrimônio passarão a pagar contribuição adicional ao fundo garantidor. A medida busca reduzir riscos e fortalecer a proteção aos depositantes e investidores cobertos pelo sistema.

Regras do FGC II

A resolução também obriga instituições enquadradas em limites de alavancagem a manter parte dos recursos aplicada em títulos públicos federais. A exigência será implementada gradualmente entre 2026 e 2028, aumentando liquidez, disciplina prudencial e segurança no mercado financeiro.



Confisco da poupança ocorreu um dia após a posse de Collor.

Recuperação de valores da poupança entre 1987-91

Perdas nos planos Bresser, Verão e Collor 1 e 2 podem ser ressarcidas

Da Redação

Mais de 290 mil poupadores ainda podem buscar ressarcimento por perdas relacionadas aos planos econômicos Bresser, Verão e Collor 1 e 2, adotados entre 1987 e 1991. O prazo para aderir ao acordo coletivo homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) termina em 3 de maio de 2027.

Têm direito à adesão os poupadores que possuíam caderneta de poupança no período dos planos e ingressaram com ação judicial para cobrar diferenças de correção monetária. Também podem participar herdeiros, inventariantes, advogados e defensores públicos que representem os titulares dos processos.

As perdas conhecidas como expurgos inflacionários ocorreram após mudanças nos índices de atualização das contas de poupança durante os planos econômicos. O acordo firmado entre entidades de consumidores, representantes dos bancos e órgãos públicos estabeleceu critérios para pagamento e encerramento das ações judiciais.

Como solicitar?

Para solicitar a adesão, o interessado deve acessar o Portal Informativo de Planos Econômicos e informar os dados do processo. Após o cadastro, o sistema apresenta simulação dos valores. Em seguida, o poupador deve indicar

a forma de recebimento e o pagamento de honorários advocatícios, quando houver.

Depois da habilitação, o banco indicado como devedor terá até 60 dias para analisar o pedido. Se houver validação dos requisitos, o pagamento deverá ser feito em até 15 dias.

O valor devido depende do saldo existente na conta na época de cada plano. Para o Plano Bresser, considera-se junho de 1987. No Plano Verão, janeiro de 1989. No Collor 1, abril de 1990, em ações exclusivas sobre esse plano. No Collor 2, janeiro de 1991. Esses planos econômicos mudaram a correção da poupança e, no caso do Collor 1, bloquearam parte dos depósitos. As medidas reduziram rendimentos e geraram perdas conhecidas como expurgos inflacionários.

Em maio de 2025, o STF prorrogou por mais 24 meses o prazo para adesão ao acordo. A decisão também determinou a aplicação do entendimento às ações sobre revisão da poupança, embora ainda existam recursos pendentes de análise.

Segundo entidades envolvidas nas negociações, bilhões de reais já foram pagos desde o início do acordo, firmado em 2018. Bancos informaram ao Supremo que continuam apresentando propostas aos poupadores elegíveis dentro do prazo definido.

Com informações da
Folhapress

Consumo das famílias sobe 6,21% em março, aponta ABRAS

Cesta de 35 produtos subiu 2,20% no mês e pressionou o orçamento doméstico.

O consumo das famílias brasileiras ganhou força em março e fechou o primeiro trimestre de 2026 em alta, impulsionado pela entrada de recursos na economia, antecipação de compras para a Páscoa e melhora da renda disponível. É o que aponta levantamento da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), divulgado no fim de semana. Segundo a entidade, o consumo nos lares acumulou crescimento de 1,92% entre janeiro e março. Na comparação entre março deste ano e o mesmo mês de 2025, o avanço foi de 3,20%, melhor desempenho para o período desde 2023, quando a alta havia sido de 4,58%. Já em relação a fevereiro, o salto foi de 6,21%.

De acordo com a ABRAS, parte importante desse movimento foi concentrada na última semana de março, em razão das compras antecipadas para a Páscoa, celebrada no início de abril. Também pesou o efeito calendário, já que fevereiro tem menos dias úteis para consu-

mo. O indicador considera todos os formatos de supermercados e os dados são corrigidos pela inflação medida pelo IPCA, do IBGE.

O desempenho do varejo alimentar ocorreu em um cenário de maior circulação de dinheiro na economia. Em março, o programa Bolsa Família beneficiou 18,73 milhões de lares, com repasses de R\$ 12,77 bilhões. O segundo lote do PIS/Pasep injetou cerca de R\$ 2,5 bilhões. Houve ainda liberação de R\$ 1,8 bilhão em Requisições de Pequeno Valor (RPVs) do INSS e aproximadamente R\$ 300 milhões em restituições residuais do Imposto de Renda Pessoa Física.

Para o segundo trimestre, a expectativa do setor segue positiva. Entre os fatores apontados estão a antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS, estimada em R\$ 78,2 bilhões, com pagamentos iniciados em 24 de abril para cerca de 35,2 milhões de beneficiários. Soma-se a isso o primeiro lote de restituição do Im-



Entrada de recursos na economia, Páscoa e avanço da renda impulsionaram o consumo

posto de Renda de 2026, previsto em cerca de R\$ 16 bilhões para 9 milhões de contribuintes no fim de maio. "Mesmo em um cenário favorável para a renda das famílias, o setor mantém foco em competitividade de preços, eficiência operacional e planejamento, diante de eventuais pressões logísticas e de custos no ambiente internacional", afirmou o vice-presidente da ABRAS, Marcio Milan.

Preços pressionam

Apesar do aumento do consumo, os preços dos alimentos continuam pressionando o orçamento doméstico. O Abrasmercado, indicador que monitora a cesta de 35 produtos de largo consumo, registrou alta de 2,20% em março, a maior elevação mensal do trimestre. Em fevereiro, a variação havia sido de 0,47%, enquanto janeiro registrou queda de 0,16%. Com isso, o valor médio da cesta passou de R\$ 802,88 para R\$ 820,54.

Entre os produtos básicos, a

principal alta no mês veio do feijão, que subiu 15,40% e já acumula avanço de 28,11% no trimestre. O leite longa vida aumentou 11,74% em março e 6,80% no acumulado do ano. Também tiveram reajustes a massa de espaguete (+0,91%), margarina cremosa (+0,84%) e farinha de mandioca (+0,69%). Os alimentos in natura também pressionaram o bolso do consumidor. O tomate disparou 20,31% em março e já acumula alta de 45,43% no trimestre. A cebola subiu 17,25% no mês e 14,06% no acumulado, enquanto a batata avançou 12,17% em março e 14,04% no ano.

Na direção contrária, caíram os preços do açúcar refinado (-2,98%), café torrado e moído (-1,28%), óleo de soja (-0,70%), arroz (-0,30%) e farinha de trigo (-0,24%). Entre as proteínas, houve alta dos ovos (+6,65%), carne bovina do traseiro (+3,01%) e dianteiro (+1,12%), enquanto frango congelado (-1,33%) e pernil (-0,85%) recuaram.

Regiões

Regionalmente, o Nordeste registrou a maior variação mensal da cesta de 35 itens, com alta de 2,49%, elevando o valor médio para R\$ 738,47. O Sudeste veio em seguida, com aumento de 2,20% e cesta média de R\$ 840,86. No Sul, a alta foi de 1,92%, levando o custo para R\$ 888,57. Centro-Oeste teve avanço de 1,83%, com cesta de R\$ 766,96. Já o Norte subiu 1,82%, mas segue com o maior custo médio nacional: R\$ 890,93.

No recorte da cesta de 12 produtos básicos, o preço médio nacional avançou 2,26% em março, passando de R\$ 336,80 para R\$ 344,40. O menor valor entre capitais e regiões metropolitanas foi registrado em Fortaleza, com R\$ 298,93. Já os maiores preços ficaram no Norte: Belém, com R\$ 422,73, e Rio Branco, com R\$ 425,38. São Paulo apareceu com custo médio de R\$ 365,01.

Brasil perde R\$ 26 bilhões por ano com corrupção na saúde, aponta instituto

Divulgação / Freepik

O Brasil perde cerca de R\$ 26 bilhões por ano com corrupção na área da saúde, segundo estimativa divulgada pelo Instituto Ética Saúde (IES), entidade da sociedade civil voltada à promoção da ética, integridade e transparência na cadeia produtiva do setor. O valor representa impacto direto na capacidade de atendimento do sistema público e privado e compromete serviços essenciais à população.

De acordo com o levantamento, o montante corresponde a 2,3% dos gastos totais em saúde no país, índice semelhante às estimativas de perdas com corrupção em outros segmentos da economia nacional. "Considerando um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 11,7 trilhões e investimentos em saúde equivalentes a 9,7% desse total, os recursos desviados alcançam níveis conside-

rados expressivos", cita a IES

Na comparação com 2019, quando o prejuízo estimado era de R\$ 14,5 bilhões, o volume atual representa um crescimento de 79%. Segundo o instituto, o avanço reflete tanto o aumento dos investimentos no setor quanto a ampliação de denúncias e investigações sobre irregularidades. Na prática, os valores perdidos poderiam financiar obras e equipamentos estratégicos. O instituto calcula que os R\$ 26 bilhões seriam suficientes para a construção de 52 hospitais públicos de grande porte, a implantação de 26 mil Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) móveis ou a compra de mais de 2.200 aparelhos de ressonância magnética de alta resolução.

Para o presidente do Conselho Administrativo do IES, Sérgio Rocha, os impactos vão além do aspec-



Superfaturamentos e fraudes em contratos reforçam dados

to financeiro. "A corrupção na saúde tem consequências diretas na vida das pessoas. Cada recurso desviado significa menos acesso ao diagnóstico, a tratamento e à própria chance de sobreviver", afirmou.

Motivos

Durante a pandemia de covid-19, operações policiais em diferentes estados investigaram suspeitas de superfaturamento, fraudes em contratos emergenciais e irre-

gularidades na compra de insumos hospitalares, evidenciando fragilidades nos mecanismos de controle e fiscalização. O IES destaca que a cadeia da saúde, marcada por alta complexidade e fragmentação, está mais exposta a riscos de corrupção. Por isso, a entidade atua na formulação de diretrizes de autorregulação, programas de integridade, ações de conscientização e mecanismos de prevenção a fraudes.

Segundo Rocha, o enfrentamento do problema depende de fiscalização rigorosa, aplicação da lei, transparência e cooperação entre instituições públicas e privadas. "Estamos falando de recursos que deveriam estar salvando vidas, mas que acabam alimentando esquemas ilícitos", disse.

Com informações da Folhapress

CORREIO JURÍDICO

Ascom Procon-AL



Novas regras impõem mais transparência nos preços

Senacon inicia fiscalização de aplicativos de delivery

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, iniciou a fiscalização de aplicativos de transporte e delivery após o fim do prazo de adequação às regras de transparência de preços. A medida prevê que as plataformas informem a divisão do valor pago entre aplicativo, motoristas, entregadores e estabelecimentos parceiros. Segundo a Senacon, o objetivo é garantir informação acessível. O descumprimento pode ser considerado infração ao Código de Defesa do Consumidor, com aplicação de multas e sanções administrativas. A ação busca ampliar a transparência no setor digital e reduzir a assimetria de informações, permitindo maior compreensão dos preços.

Acesso à documentação básica

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) registrou um aumento de 52% na emissão de certidões civis durante a 4ª Semana Nacional do Registro Civil "Registre-se!", realizada em 2026. Foram mais de 225 mil solicitações em todo o país, com cerca de 119 mil documentos entregues ainda no mutirão. A ação busca reduzir o sub-registro e ampliar o acesso à documentação básica. A iniciativa contou com atendimentos gratuitos em mutirões pelo país.

Divulgação/TST



Defesas online devem ser consideradas no presencial

TST valida sustentação eletrônica

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu que sustentações orais enviadas por meio eletrônico devem ser consideradas mesmo quando o julgamento muda de virtual para presencial, como em casos de destaque ou pedido de vista. Isso evita que uma parte seja prejudicada por mudança no formato do julgamento após o envio da manifestação. Com isso, o TST garante que o conteúdo enviado dentro do prazo continua válido e será analisado pelos ministros em sessão presencial, reforçando segurança e igualdade entre as partes no processo no caso

Retirada de sobrenome paterno

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou a retirada do sobrenome paterno do registro civil em caso de abandono afetivo. A Terceira Turma entendeu que o nome pode ser alterado quando não reflete a realidade de vínculos familiares, por se tratar de direito da personalidade. A decisão permite flexibilização do registro civil, desde que haja justo motivo e sem prejuízo a terceiros.

POR
ANDRE SOUZA

Precatórios I

A consulta de precatórios por CPF já pode ser feita nos portais dos tribunais, permitindo ao credor verificar a situação do crédito judicial. O sistema reúne dados como fase do processo e valores, sem necessidade de cadastro, facilitando o acesso às informações de forma gratuita e online com atualização em tempo real.

Precatórios II

A ferramenta ajuda o beneficiário a acompanhar a posição na fila de pagamento e identificar pendências que possam atrasar a liberação dos valores. Especialistas alertam que a verificação periódica é importante, já que prazos legais podem levar ao cancelamento de valores não sacados dentro do período previsto.

Soberania em terras I

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, validar a lei de 1971 que impõe restrições à compra de terras rurais por empresas com capital estrangeiro. O julgamento reafirma que a regra é compatível com a Constituição de 1988 e busca preservar a soberania nacional sobre o território brasileiro.

Soberania II

Com a decisão do STF, permanece a exigência de controle mais rígido sobre aquisições de imóveis rurais, incluindo limites de área e necessidade de autorização da União em certos casos. Para o tribunal, as restrições também ajudam a evitar especulação fundiária e possíveis riscos à segurança jurídica no campo.

Lotes irregulares

Após ação do Ministério Público Federal (MPF), a Justiça determinou que uma fabricante de produtos de limpeza recolha lotes irregulares. O caso ocorreu em Araraquara (SP) e aponta riscos ao consumidor e descumprimento de normas sanitárias, com determinação de retirada dos produtos do mercado.

Indenização

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu que uma farmácia deve indenizar a mãe e os irmãos de um entregador morto em acidente de trânsito durante uma entrega. O caso ocorreu em Governador Valadares (MG). A Justiça reconheceu o direito à indenização por danos morais, pela relação do acidente com o trabalho.



Chamada de voz por Whats App não vale como ato citatório

STJ barra divórcio por citação via WhatsApp

Corte decidiu que contato por aplicativo não é formalidade legal

Andre Souza

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou que a citação realizada por WhatsApp é inválida em ações de estado — processos que tratam de questões ligadas ao estado civil ou à relação familiar das partes, como divórcio, filiação, guarda e reconhecimento de união. A decisão foi tomada em julgamento realizado na quinta-feira (24) e reforça o entendimento de que, nesses casos, a legislação brasileira exige citação pessoal do réu.

No caso real, o colegiado analisou recurso apresentado em pedido de homologação de sentença estrangeira de divórcio (quando um casal se divorciou no exterior, perante a Justiça estrangeira, e recebeu lá uma sentença encerrando o casamento). Para que uma decisão proferida no exterior produza efeitos no Brasil, é necessário que ela passe pelo crivo do STJ, que verifica se foram cumpridos requisitos legais mínimos, entre eles a regular citação da parte contrária. O recorrente sustentava que a citação teria sido válida porque um oficial de justiça conversou com o requerido por chamada de voz feita pelo WhatsApp, circunstância registrada em certidão juntada ao processo. A defesa também argumentou que seria preciso flexibilizar o formalismo do ato citatório, já que o objetivo principal — dar ciência ao interessado sobre a existência da ação — teria sido alcançado.

O relator, ministro Herman Benjamin, presidente do STJ, rejei-

tou a tese. Segundo ele, a suposta conversa por aplicativo não equivale à citação pessoal exigida pelo Código de Processo Civil. O ministro destacou que o artigo 247, inciso I, do CPC determina tratamento específico para ações dessa natureza, justamente por envolverem direitos pessoais sensíveis e de grande relevância jurídica. Para o ministro, a formalidade do ato não representa excesso burocrático, mas garantia de segurança jurídica, ampla defesa e certeza de que a parte foi regularmente notificada do processo.

Para o advogado, Alexander Beltrão, especialista em Direito das Famílias e Sucessões, o entendimento do STJ, ao vedar de forma absoluta a citação por WhatsApp, revela apego excessivo ao formalismo em detrimento da efetividade processual. "Não houve simples mensagem, mas chamada de voz pelo aplicativo, apta a reforçar a identificação do destinatário e a comprovar sua ciência inequívoca. Embora o artigo 247, I, do CPC exija citação pessoal, a interpretação deve evoluir para admitir meios tecnológicos idôneos. Em um cenário de crescente digitalização, negar validade a comunicações efetivas representa retrocesso" - diz.

Beltrão argumenta ainda que a decisão desconsidera a prática forense, em que a localização de uma das partes é obstáculo recorrente. "Ao assim decidir, abre-se espaço para condutas protelatórias e compromete-se a efetividade jurisdicional" - completa.

CORREIO NO MUNDO

Reprodução



ONU alertou para início de versão 'poderosa' do El Niño

El Niño pode ser forte e começar nos próximos meses

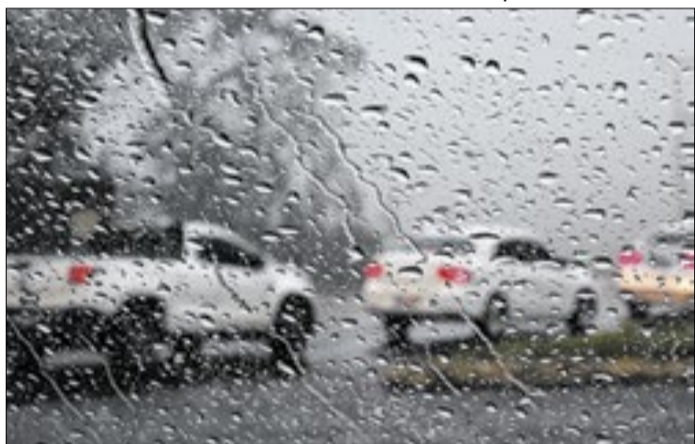
Ecoando o coro de outras agências internacionais, a Organização Meteorológica Mundial (OMM), braço da ONU, informou que o El Niño deve se desenvolver já no período de maio a julho. A última ocorrência do fenômeno, de 2023 a 2024, levou as temperaturas globais a níveis recordes e, somada à mudança climática, potencializou eventos climáticos extremos - como a seca histórica na Amazônia e as enchentes no Rio Grande do Sul.

"Os modelos climáticos estão fortemente alinhados e há alta confiança no início do El Niño [em meados de 2026], seguido de intensificação adicional nos meses seguintes", disse em comunicado o chefe de previsão climática da OMM, Wilfran Moufouma Okia.

Padrões climáticos poderosos

"Os modelos indicam que este pode ser um evento forte -mas a chamada barreira de previsibilidade da primavera é um desafio para a certeza das previsões nesta época do ano. A confiança nas previsões geralmente melhora após abril", afirmou. El Niño e La Niña são fases opostas da Oscilação Sul-El Niño (Enso, na sigla em inglês), um dos padrões climáticos mais poderosos da Terra, mudando padrões de ventos, pressão e precipitações.

Roberto Zacarias/Arquivo/Secom GOV SC



Fenômeno El Niño costuma causar desastres naturais

Aquecimento das temperaturas

O El Niño é caracterizado pelo aquecimento das temperaturas da superfície do oceano no Pacífico Equatorial. Ele normalmente ocorre a cada dois a sete anos e dura cerca de nove a doze meses, informa a OMM.

No Brasil, o fenômeno normalmente intensifica a estiagem nas regiões Norte e Nordeste e aumenta os acúmulos de chuva no Sul. "Não há evidências de que as mudanças climáticas aumentem a frequência ou intensidade dos eventos de El Niño. Mas elas podem amplificar os impactos associados a ela", disse.

Eventos climáticos extremos

"Porque um oceano e uma atmosfera mais quentes aumentam a disponibilidade de energia e umidade para eventos climáticos extremos, como ondas de calor e chuvas intensas", informou a Organização Meteorológica Mundial. O 'El Niño' vem sendo responsável por uma série de eventos climáticos no mundo.

Por Jéssica Maes (Folhapress)

Reunião em Caracas

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, chegou na sexta-feira (24) à Venezuela para um encontro bilateral com a líder do regime, Delcy Rodríguez. O foco previsto do encontro é segurança fronteiriça e cooperação energética. Os dois se reuniram no Palácio de Miraflores, sede do regime, em Caracas.

Gustavo Petro

A ida de Petro trata-se da primeira visita oficial de um chefe de Estado à Venezuela após a captura de Nicolás Maduro pelos Estados Unidos, em janeiro. Petro, que era um aliado de Maduro, condenou as operações militares em território venezuelano e classificou inicialmente a captura como um sequestro.

Delcy Rodríguez

Tutelada pela Casa Branca, Delcy retomou as relações diplomáticas com Washington e tem impulsionado reformas com o objetivo de facilitar o investimento privado e estrangeiro em petróleo, gás e mineração. Colômbia e Venezuela têm projetos pendentes de venda de gás e de interconexão elétrica.

Encontro

O presidente colombiano e sua delegação foram recebidos pelo chanceler venezuelano, Yván Gil. Uma reunião anterior entre Petro e Delcy estava prevista para meados de março no lado colombiano da fronteira, mas foi cancelada de última hora por alegados motivos de segurança. Pouco depois, uma delegação de alto nível da Colômbia viajou a Caracas.

Fronteira

Petro, primeiro presidente de esquerda da Colômbia, visitou a Venezuela pela última vez em abril de 2024. Os países compartilham uma porosa fronteira de 2.200 km onde grupos armados competem pelo controle dos lucros do narcotráfico, da mineração ilegal e do contrabando de mercadorias e pessoas.

Atentado

Durante a viagem do presidente colombiano, seu país viveu mais um dia de violência política. A explosão de um possível carro-bomba atingiu o entorno de um batalhão na cidade de Cali. Informações preliminares falam em um ferido. O atentado ocorre há um mês das eleições presidenciais no país.



Foto do invasor, compartilhada por Donald Trump

Atirador deve ser indiciado hoje em Washington

Após disparos, Melania e Donald Trump foram retirados de jantar

O homem acusado de abrir fogo durante o jantar da Associação de Correspondentes da Casa Branca, realizado no sábado (25), na Casa Branca, deverá ser formalmente indiciado na segunda-feira (27), segundo informou a procuradora federal Jeanine Pirro.

Identificado como Cole Tomas Allen, de 31 anos, ele deve responder por uso de arma de fogo durante crime violento e agressão a um agente federal com arma perigosa. As autoridades ainda não esclareceram a motivação do ataque. De acordo com Pirro, as investigações iniciais indicam que o suspeito pretendia causar o maior número possível de vítimas. Apesar disso, ninguém ficou ferido entre os participantes do evento, graças ao controle de segurança instalado na entrada do salão principal.

O jantar contava com a presença do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que foi retirado do local pelo Serviço Secreto durante o incidente. O vice-presidente JD Vance e outros integrantes do governo também deixaram o evento às pressas. Segundo o chefe interino da polícia de Washington, Jeffery Carroll, o suspeito estava armado com uma espingarda, uma pistola e várias facas. Ele teria trocado tiros com agentes de segurança antes de ser detido.

Um agente do Serviço Secreto foi atingido durante a ocorrência, mas a bala ficou retida no equipamento de proteção. Conforme informou Anthony Guglielmi, o agente já recebeu alta médica. As autoridades trabalham com a hipó-

tese de que Allen agiu sozinho. Há indícios de que ele estava hospedado no hotel onde o evento ocorreu, o Washington Hilton, cujo quarto foi isolado para perícia.

Equipes do FBI realizaram diligências em uma residência ligada ao suspeito na cidade de Torrance, onde foram instaladas barreiras policiais para investigação. Registros públicos apontam que o suspeito atuava como professor e desenvolvedor de videogames na Califórnia e possuía formação em engenharia pelo Instituto de Tecnologia da Califórnia.

Após o incidente, Trump afirmou, em coletiva de imprensa, que acredita na hipótese de ação isolada. "Parece que eles acham que ele era um lobo solitário. E eu também acho isso", declarou o presidente.

Lula presta solidariedade

O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva manifestou solidariedade ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, após o ataque a tiros em Washington. Em publicação neste domingo (26), classificou o episódio como "violência política" e afirmou que se trata de uma "afrota aos valores democráticos". "Minha solidariedade ao presidente Donald Trump, à primeira-dama Melania Trump e a todos os presentes no jantar com correspondentes em Washington. O Brasil repudia veementemente o ataque de ontem à noite. A violência política é uma afronta aos valores democráticos que todos devemos proteger", disse.

Estados Unidos e Irã retomam negociações pelo fim da guerra

Como esperado, a solução para o conflito esbarra em exigências de ambos os lados

As negociações entre o Irã e os Estados Unidos começaram no sábado (25), após uma semana de intenso vaivém diplomático para achar uma solução para o conflito entre os rivais. Até o formato das conversas é objeto de disputa.

Na sexta-feira (24), o chanceler da teocracia, Abbas Araghchi, havia anunciado que iria ao Paquistão. Segundo a mídia estatal iraniana, ele não iria se encontrar com representantes americanos, e sim apresentar as propostas de Teerã para os anfitriões, que então as repassariam a Washington.

Poucas horas depois, integrantes do governo americano informaram a diversos veículos que dois negociadores estavam a caminho de Islamabad, Steve Witkoff e o genro presidencial Jared Kushner, que cuida dos interesses empresariais do sogro mesmo sem ter cargo oficial.

Ficou de fora, provavelmente por dificuldades no arranjo de segurança em cima da hora, o vice-presidente J. D. Vance, que Trump havia anunciado ao longo da semana como pronto para voar ao Paquistão. Ele comandou, ao lado de Witkoff e Kushner, a rodada fracassada de conversas entre os rivais há duas semanas em Islamabad.

Araghchi disse no X que irá também a Omã, país que mediava as conversas com Washington antes da guerra e acabou sendo alvo de retaliação iraniana durante o conflito, apesar de Teerã dizer que não tinha intenção de atacar. Depois, voará para a Rússia, onde tem em Vladimir Putin um aliado.

Na terça (21), Trump adiou por tempo indefinido a trégua que havia estabelecido no dia 7 passado com o Irã, após cinco semanas de ataques americanos e israelenses ao regime islâmico. As conversas iniciais em Islamabad se deram logo em seguida.

A prioridade de Trump, entre tantas anunciadas ao longo da guerra, era a reabertura do estreito de Hormuz, vital para o mercado de energia do planeta. O trânsito de petroleiros e de outros navios havia caído a 10% do usual com o conflito.

O Irã manteve o controle, mantendo parte da região para obrigar o estabelecimento de uma rota por suas águas, com pedágio para embarcações.

O americano buscou combater isso com um bloqueio próprio, contra navios indo e vindo de portos do Irã. Com isso, Teerã rejeitou



Dean Calma/IAEA

Abbas disse que não se encontraria com americanos, mas delegação de Trump foi a Islamabad

a ideia de negociar. Trump desistiu de retomar a guerra, o que deveria ocorrer com o fim do cessar-fogo na terça, mas manteve o embargo.

Com isso, o Irã se apegou ao que chama de violação de trégua para rejeitar negociações diretas. Resta agora saber se haverá encontro direto entre Araghchi e os americanos, ou uma repetição do modelo das negociações sob a mediação do Omã, quando os times passavam mensagens em salas separadas por meio de terceiro.

Em entrevista sobre o conflito, o secretário Pete Hegseth (Defesa)

apenas disse que “o Irã sabe que ainda tem uma janela aberta para escolher sabiamente à mesa de negociações”. “Tudo o que eles precisam fazer é abandonar [o desejo de ter] uma arma nuclear de forma séria e verificável”, disse.

Hegseth insiste em que a entrada e saída de Hormuz estão sob controle americano, e diz que o bloqueio se estende a qualquer ponto dos oceanos. Na quinta, os EUA anunciaram ter abordado um navio com petróleo iraniano sob sanção no oceano Índico, um dia após o Irã apreender dois cargueiros perto de sua costa.

A questão do programa nuclear iraniano é o “casus belli” mais citado neste conflito. Em 2018, Trump abandonou um arranjo em que Teerã renunciava à bomba. O acordo limitava as capacidades de enriquecimento de urânio por 15 anos sob supervisão da ONU.

Os EUA alegaram que o Irã podia violar a qualquer momento o acordo. Agora, pelos termos que transpareceram das conversas de antes e depois da guerra, podem acabar aceitando algo semelhante. Teerã quer em troca o fim de sanções econômicas, como no acerto de 2015.

A complicação é Hormuz, que não estava à mesa antes. O Irã quer manter o pedágio e o controle, algo rejeitado por americanos e aliados árabes dos EUA. Uma solução intermediária poderá ser uma cobrança dupla, da teocracia e também de Omã, que fica na margem sul do estreito, mas os países do golfo Pérsico são contrários.

Há diversos outros itens, como a eventual reparação pela destruição da guerra e o programa de mísseis de Teerã. Mesmo tendo seu governo decapitado e as Forças Armadas fortemente afetadas pelos bombardeios, a teocracia manteve capacidade de lançar drones e mísseis contra Israel e os vizinhos árabes.

Por Igor Gielow (Folhapress)

Trump ameaça rever status das Malvinas em retaliação à Otan

O vazamento de um e-mail interno do Pentágono nesta sexta-feira (24) reacendeu o debate sobre a soberania das ilhas Malvinas, um território ultramarino britânico que a Argentina reivindica para si -talvez o único consenso dos argentinos na atual polarização política que divide o país.

Segundo a agência de notícias Reuters, um funcionário americano afirmou que a mensagem do Departamento de Defesa menciona possíveis punições a membros da Otan que, na visão dos Estados Unidos, não apoiaram as operações de Washington na guerra contra o Irã.

Entram na lista a Espanha, governada pelo socialista Pedro Sánchez, e o Reino Unido, governado pelo trabalhista Keir Starmer. Segundo a agência, o primeiro país poderia ser punido com a suspensão de sua participação na aliança

militar ocidental; o segundo, com a revisão dos EUA sobre a soberania das Falklands, como o local é chamado em inglês.

Questionado pela Reuters sobre o e-mail, o secretário de Imprensa do Pentágono, Kingsley Wilson, repetiu o que o presidente Donald Trump vem afirmando nos últimos meses. “Apesar de tudo o que os EUA fizeram por nossos aliados da Otan, eles não estiveram presentes para nós”, afirmou.

“O Departamento de Guerra garantirá que o presidente tenha opções viáveis para assegurar que nossos aliados deixem de ser apenas figuras decorativas e passem a fazer a sua parte. Não temos mais comentários a fazer sobre quaisquer deliberações internas a esse respeito”, completou.

Enquanto Sánchez disse literalmente “não à guerra” iniciada por



Casa Branca

Vazamento de email interno reacendeu debate sobre ilhas

EUA e Israel, Starmer deu um apoio hesitante a Washington. Em março, após se recusar inicialmente a ter qualquer papel nos ataques contra o país persa, o premiê permitiu que os EUA usassem bases militares de seu país para um “propósito defensivo específico e limitado” em meio à retaliação iraniana, mas reafirmou que não participaria “de ações ofensivas no Irã”.

Foi o suficiente para Trump passar a atacar Starmer, chamando-o de covarde e descrevendo os porta-aviões britânicos como “brinquedos”. “O Reino Unido tem sido muito, muito pouco cooperativo”, disse o republicano na ocasião.

Atualmente, o site do Departamento de Estado afirma que as ilhas Malvinas são uma “questão bilateral que precisa ser resolvida diretamente entre os governos da Argentina e do Reino Unido”.

“Encorajamos ambas as partes a resolverem suas divergências por meio do diálogo nos canais diplomáticos normais. Reconhecemos a administração de fato do Reino Unido sobre as ilhas, mas não tomamos posição em relação à soberania”, completa.

É exatamente esse reconhecimento da administração que pode estar em jogo, segundo a Reuters.

Se a relação de Trump com Starmer está difícil, a com Javier Milei está em um de seus melhores momentos -antes das eleições legislativas de outubro, das quais o ultraliberal saiu vitorioso, os EUA enviaram um pacote de resgate financeiro bilionário para ajudar o aliado.

“Estamos fazendo tudo o que é humanamente possível para que as Malvinas argentinas, as ilhas, todo o território, retornem às mãos da Argentina”, disse Milei em entrevista a uma rádio publicada em sua conta na rede social X nesta sexta. “Estamos progredindo como nunca antes.”

Seu chanceler, Pablo Quirno, também se manifestou na mesma plataforma, pedindo a retomada das negociações com Londres.

“A ocupação de 1833 foi um ato de força contrário ao direito internacional vigente à época, que violou nossa integridade territorial e instaurou uma situação colonial que persiste”, disse, sobre a ação que expulsou os argentinos do território no século 19. “Por história, por lei e por convicção: as ilhas Malvinas são argentinas”, completou, ecoando a frase que aparece até mesmo nas janelas de ônibus de Buenos Aires.

Por Daniela Arcanjo (Folhapress)

CORREIO ESPORTIVO

Fabio Motta/Prefeitura do Rio



Convocados para Mundial serão revelados no Museu

Museu do Amanhã será palco da convocação para a Copa

A CBF confirmou o local do evento mais esperado pelos atletas e torcedores brasileiros: a convocação dos atletas para a Copa do Mundo FIFA 2026. A cerimônia de anúncio dos convocados ocorrerá no dia 18 de maio.

A lista final da convocação da Seleção Brasileira será divulgada em evento para imprensa, patrocinadores e convidados, no Museu do Amanhã, no centro do Rio de Janeiro, às 17 horas.

Projetado pelo arquiteto espanhol Santiago Calatrava, o Museu do Amanhã foi inaugurado em 17 de dezembro de 2015, erguido ao lado da Praça Mauá, na zona portuária do Rio de Janeiro, tendo ao fundo o cenário exuberante da baía de Guanabara, em um local icônico da cidade.

Celebração ao futebol brasileiro

A ideia do evento é promover uma grande celebração ao futebol brasileiro, reunindo passado e presente da seleção mais vitoriosa do planeta para o pontapé inicial na busca por mais uma taça da Copa do Mundo.

Na ocasião, o técnico italiano Carlo Ancelotti vai divulgar para o planeta quem serão os 26 atletas que vão representar a Amarelinha no Mundial, iniciando a campanha em busca do hexacampeonato.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Seleção fará apresentação na Granja Comary

Cronograma pré-Copa do Mundo

Após a convocação, o ciclo para a Copa do Mundo terá início oficialmente no dia 27 de maio, quando os jogadores se apresentarão na Granja Comary para iniciar a preparação visando à disputa. A exceção será para os atletas que eventualmente disputem a final da Champions League, que ocorrerá em 30 de maio, na Hungria.

No dia 31, a Seleção enfrentará o Panamá, no Maracanã, marcando a despedida do país. No dia seguinte a delegação segue para os EUA, onde fará um último amistoso contra o Egito, em Cleveland, no dia 6 de junho.

Militão será cortado da Copa do Mundo

O zagueiro Éder Militão está fora da Copa do Mundo 2026. O atleta do Real Madrid sofreu uma nova lesão muscular no biceps femoral da perna esquerda, o mesmo músculo rompido em dezembro de 2025, que o tirou dos campos por quatro meses, e precisará passar por cirurgia. Com tempo de recuperação estimado em mais quatro meses, ele não conseguirá defender a Seleção Brasileira na Copa do Mundo.

Fluminense avança

O Fluminense e o Basket Joaçaba venceram seus confrontos de quartas de final nesta semana e estão na semifinal da Liga Ouro de basquete. A Liga Ouro é a divisão de acesso do NBB (Novo Basquete Brasil) e concede ao campeão uma chance de pleitear uma vaga na elite do basquete brasileiro.

Exigências

Para que o acesso seja conquistado, as instituições precisam atender a critérios como cumprimento de exigências organizacionais, ginásio adequado e garantias orçamentárias para a temporada. Único grande carioca ausente no último NBB, o tricolor reativou o seu basquete recentemente.

Brusque Basquete

Após perder a vaga direta na semifinal na última rodada da primeira fase, o Fluminense venceu os dois jogos contra o América Towers (equipe de basquete do América-MG) e agora tentará a vaga na final. O Tricolor enfrentará o Brusque Basquete, que terminou a primeira fase na segunda colocação.

Semifinais

Na fase de classificação, cada um venceu na sua casa. Agora, o Brusque tem a vantagem de decidir como mandante por ter classificado direto.

Na outra semifinal, o Tatuí, líder da fase de classificação, enfrenta o Joaçaba. Os catarinenses precisaram dos três jogos para se classificar contra o Instituto Vida Vida/Cetaf.

Emocionante

Após vencer o primeiro jogo por 84 a 68, no Espírito Santo, os atletas do basquete do Tatuí perderam em casa por 78 a 76, mas fizeram 89 a 61 na terceira partida e conseguiram a classificação. Já durante a primeira fase, o time paulista venceu os dois jogos, fazendo 91 a 89 na casa do Joaçaba, 87 a 57, em Tatuí.

Terceiro jogo

Os primeiros dois jogos das semifinais serão realizados nos dias 3 e 6 de maio. Caso necessário, o terceiro jogo de Tatuí x Joaçaba será no dia 7 e de Brusque x Fluminense, no dia 8. O Novo Basquete Brasil vem crescendo cada vez mais no cenário esportivo brasileiro, então é uma grande oportunidade jogar na elite.



Messi e CR7 vão para a possível última Copa de suas carreiras

Última dança de Messi e Cristiano Ronaldo

Craques se aproximam da última Copa do Mundo de suas carreiras

Por Marcos Guedes (Folhapress)

Ao que tudo indica, a Copa do Mundo de 2026 será a última dos craques Lionel Messi e Cristiano Ronaldo. Não se trata meramente de uma celebrada despedida, uma turnê para aplausos na América do Norte. Os dois vão ao Mundial com verdadeira ambição de lutar pelo título e ampliar seus já incrivelmente impressionantes currículos.

Só por entrar em campo, eles já quebrarão um recorde. Serão os primeiros jogadores a participar de seis edições da competição. Mas listar os números de Messi e CR7 chega a ser cansativo. Para ficar nos gols, ambos estão perto do milésimo: Ronaldo tem 969; Messi, 905. E Messi tem a possibilidade de assumir o posto de maior artilheiro da história das Copas - com 13, precisa de três para igualar o atual líder, o alemão Miroslav Klose.

Eles hoje atuam em mercados periféricos esportivamente. Na Arábia Saudita e nos Estados Unidos, o português de 41 anos e o argentino de 38 vão prolongando suas carreiras e produzindo estatísticas ainda notáveis, enquanto se preparam para o Mundial derradeiro.

Cristiano, do Al Nassr, tem 36 jogos na temporada 2025/26, incluindo os cinco por Portugal, com 31 gols e quatro assistências. Nos EUA, a temporada segue o calendário gregoriano: em 2026, Messi, do Inter Miami, jogou 12 vezes (duas pela Argentina), com nove gols e uma assistência.

Os craques adaptaram seu futebol. Agora se posicionam mais perto do gol. No caso de Ronaldo, exímio finalizador, como um verdadeiro centroavante. Já Messi virou segundo atacante, rondando a área à espera do momento de usar seu talento em espaço curto.

“Ano após ano, vamos tentando melhorar sempre algum aspecto. Com a idade, vamos perdendo algumas habilidades, e é necessário fazer um ajuste. Se um jogador quer ter longevidade, precisa de um poder de adaptação grande. Não é coincidência que eu esteja no mais alto nível há mais de 20 anos”, afirmou o português.

“Mudei meu estilo de jogo por causa do momento, da situação e da minha idade. Estou me adaptando um pouco a tudo. Comecei a me reinventar”, disse o argentino, que completará 39 anos em junho, durante a Copa.

Messi não chegou a confirmar sua participação na competição, mas, a esta altura, exceto no caso de uma lesão mais séria, a presença do camisa 10 no Mundial é uma quase certeza.

No caso de Cristiano, não há mistério. Ele provavelmente nunca teve companheiros de tão alto nível, e crê que pode ser sua hora de chegar ao Olimpo do futebol.

Ele é o único jogador com gols em cinco Copas. Messi é o único com assistências em cinco Copas. Eles estarão na América do Norte batalhando por um lugar ainda maior na história do futebol.

Tradições da Copa do Mundo estão mais caras para a edição de 2026

Reunir amigos para churrascos e completar o álbum de figurinhas vão pesar no bolso

O preço total para completar o novo álbum de figurinhas da Copa do Mundo de 2026 varia de R\$ 1.004,90 a R\$ 7.362,90, dependendo da estratégia que o colecionador adotar. O livro ilustrado já está em pré-venda com dois valores: R\$ 74,90 (capa dura) e R\$ 24,90 (brochura). O envelope com sete figurinhas custa R\$ 7. Na pré-venda, a Panini não oferece a opção de comprar cards avulsos. Há apenas a opção de adquirir 12 pacotes por R\$ 87.

Professor da FGV EMap (Escola de Matemática Aplicada da Fundação Getúlio Vargas), Moacyr Silva explicou três possibilidades para completar o álbum. A primeira é considerando o comprador que adquire todas as figurinhas sem nenhuma repetição. A segunda é com o colecionador comprando pacotinhos e tirando figurinhas repetidas, mas não fazendo trocas com ninguém. A terceira é realizando trocas de figurinhas repetidas.

No primeiro cenário, como cada figurinha custa R\$ 1 e são necessárias 980, então o gasto com cards é de R\$ 980. Se conseguir todas as figurinhas sem repetição, o gasto total seria de R\$ 1.004,90 (R\$ 980 de figurinhas mais R\$ 24,90 do álbum). Esse é o valor mínimo para completar a coleção, em um cenário bastante improvável.

Na Copa do Mundo 2022, era preciso investir pelo menos R\$ 548 (R\$ 664,47 em valor corrigido pela inflação). O álbum de brochura custava R\$ 12, e cada figurinha saía por R\$ 0,80 (R\$ 14,57 e R\$ 0,97 corrigidos). Eram necessárias 670 figurinhas.

De 2022 para 2026 a Copa sofreu uma alteração. Em 2022, havia 32 seleções participantes na Copa do Mundo; em 2026, a edição terá 48 equipes - 16 a mais.

Esse aumento colaborou para que o álbum tenha 310 figurinhas a mais. De 2022 para 2026, completar o álbum ficou 51% mais caro, já considerada a inflação, considerando apenas o cenário mais vantajoso. O matemático avalia que completar o álbum sem cromos repetidos é praticamente impossível, por isso é necessário fazer outros cálculos.



Divulgação

Completar o álbum de figurinhas vai custar pelo menos 62% do salário mínimo neste ano

Na segunda situação, é considerado o consumidor que adquire as figurinhas com cromos repetidos, mas que não realiza trocas. Silva explica que, neste caso, é necessário levar em conta uma fórmula de probabilidade que é uma das bases de um conceito matemático chamado de problema do colecionador de cupons.

Silva explica que a fórmula leva em consideração que, quando um comprador adquire um pacote de figurinhas, existem N possibilidades de ele receber uma figurinha repetida. Quanto mais figurinhas são adquiridas, maiores as chances de repetição.

Assim, o matemático diz que é necessário adquirir 7.338 figurinhas, considerando as repetidas, para que o álbum seja completado. Como cada cromo custa R\$ 1, o valor total a ser desembolsado nesse caso é de R\$ 7.362,90 (R\$ 7.338 em cromos somado aos R\$ 24,90 do álbum).

O preço, no entanto, é menor quando a prática da troca de figurinhas entra em cena.

O especialista explica que, para calcular esse cenário, além da variável N, que considera a quantidade de figurinhas repetidas, há outra

variável, chamada M, que representa a quantidade de pessoas envolvidas nas trocas.

Com esses dois fatores, quando apenas duas pessoas estão trocando figurinhas, o valor economizado é de R\$ 2.724. Neste caso, o valor total desembolsado para completar o álbum é de R\$ 4.638,90 (R\$ 4.614 mais os R\$ 24,90 do álbum).

A economia é ainda maior quando mais pessoas entram na equação da troca de figurinhas. Por exemplo, quando são levadas em consideração três pessoas trocando figurinhas, o valor total é de R\$ 3.730,90 (R\$ 3.706 mais R\$ 24,90 do livro). A economia, neste caso, chega a R\$ 3.632.

Com dez pessoas realizando a troca, o valor para completar é de R\$ 2.459,90 (R\$ 2.435 mais R\$ 24,90). A economia nesse caso é de R\$ 4.903.

62% do salário mínimo

Um levantamento do economista Bruno Imaizumi, da consultoria 4intelligence, também dá uma dimensão do impacto no bolso do colecionador.

A análise destaca que, em 2026, o valor a

ser gasto para comprar o álbum sem repetições (R\$ 1.004,90), em um cenário perfeito, equivale a 62% (mais da metade) de um salário mínimo (R\$ 1.621).

É um percentual de comprometimento de renda maior do que o registrado em Copas anteriores, quando o número de seleções era menor, o que resultava em menos figurinhas.

Em 2022, a quantia mínima que precisava ser investida na coleção (R\$ 548) correspondia a 45,2% de um salário mínimo (R\$ 1.212), considerando os valores da época, sem o ajuste pela inflação. Pelos cálculos de Imaizumi, essa porcentagem era de 36,4% em 1998 e chegou a baixar a 18,5% em 2014.

Churrasco em dia de jogo

Imaizumi ainda levantou informações sobre a inflação de outros itens que podem ter procura aquecida em períodos de Copa, como carnes e bebidas - insumos para os tradicionais churrascos em dias de jogos. A base desses dados é o IPCA, o índice oficial de preços do Brasil, divulgado pelo IBGE.

Segundo o levantamento, as carnes acumularam inflação de 14,4% desde a última Copa, encerrada em dezembro de 2022. É uma alta inferior aos aumentos da cerveja (17,4%), do suco de frutas (19,3%) e do refrigerante e da água mineral (23,4%) para consumo em casa.

As bebidas também subiram em locais como bares e restaurantes. Enquanto a cerveja fora de casa avançou 18,5%, o refri e a água acumularam aumento de 17,4%. São variações próximas ao IPCA como um todo, que teve alta de 16,5% desde o último evento.

O televisor, por outro lado, acumulou deflação (queda) de 11,9% no mesmo período. A redução, conforme Imaizumi, pode estar associada ao que ele chama de "substituição de tecnologias". Ou seja, a entrada no mercado de novos modelos teria forçado uma baixa nos preços de aparelhos mais antigos de TV, indica o economista.

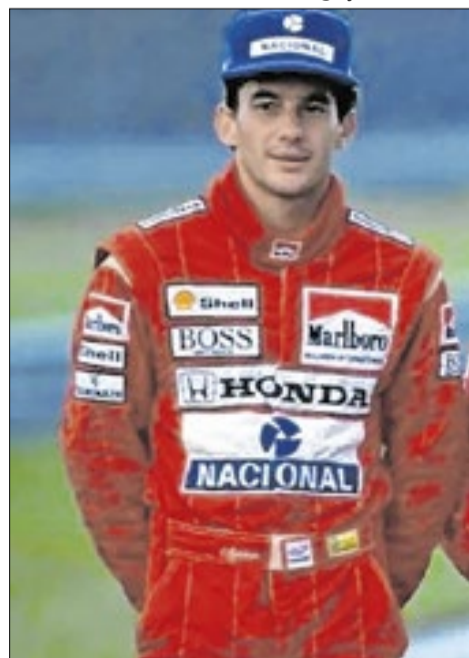
Por Christian Policeno, Leonardo Viceli e Eduardo Sombini (Folhapress)

Boné de banco falido vira item de moda dentre fãs de F1

Divulgação/ McLaren

No universo do marketing esportivo, existem logotipos que desaparecem com o fim dos contratos e outros que se tornam parte da pele do atleta. O caso do Banco Nacional e Ayrton Senna desafia a lógica econômica: como uma marca vinculada a uma das maiores fraudes bancárias da história do Brasil conseguiu se manter como um dos símbolos mais afetivos do automobilismo, trinta anos após a morte de seu principal embaixador?

A história dessa simbiose começou em 1984. Enquanto o mercado financeiro via a Fórmula 1 como um reduto de luxo europeu, o Banco Nacional, sob a visão de Marcos Magalhães Pinto, apostou em um jovem paulistano que estreava pela modesta Toleman. Foi um "casamento" que durou até o último segundo de vida de Senna. A fidelidade do piloto era folclórica: mesmo assediado por potências bancárias globais conforme acumulava títulos, Ayrton mantinha o logo azul



Legado de Ayrton Senna eternizou o acessório do Banco Nacional

e branco em seu boné. Para ele, o Nacional não era apenas um patrocinador, mas quem "estendeu a mão quando ninguém sabia quem era o Beco".

O boné azul tornou-se a moldura oficial do rosto de Senna. Nas manhãs de domingo, o Brasil não via apenas um piloto; via uma marca que se fundia ao hino da vitória. O Nacional, que já era gigante por patrocinar o Jornal Nacional e grandes clubes de futebol, atingiu um patamar de onipresença.

Contudo, o castelo de cartas desmoronou em 1995. Pouco mais de um ano após o trágico 1º de maio em Ímola, o Banco Central decretou intervenção no Nacional. O que se seguiu foi o desvelar de um rombo bilionário, estimado em bilhões de dólares à época, ocultado por uma contabilidade criativa que sustentava centenas de contas fictícias. O banco faliu, foi absorvido pelo Unibanco e seus ativos sumiram das avenidas.

Porém, o que deveria ser o fim da marca foi o início de sua mitificação. Por uma cláusula contratual e o desejo da família Senna, o licenciamento do "boné do Nacional" permaneceu ativo. O objeto deixou de ser um produto bancário para se tornar um item de resistência emocional. Hoje, o lucro das vendas é revertido para o Instituto Ayrton Senna, transformando o que outrora foi um símbolo de um sistema financeiro colapsado em combustível para a educação de milhares de crianças.

Para o fã que usa o boné azul hoje, o logo não remete a agências, talões de cheque ou crises fiscais. Remete ao braço erguido com a bandeira brasileira e à gratidão de um ídolo que nunca trocou de lado. O Banco Nacional faliu, mas a marca Nacional de Senna permanece viva.

Por Felipe Branco Cruz (Folhapress)

CORREIO NACIONAL

Fabio Rodrigues-Pozeborn/Agência Brasil



Legislação protetiva ainda é recente

Leis de proteção à mulher: impactos demorados

Especialistas que estudam a violência de gênero apontam que a legislação brasileira para o enfrentamento desses casos é uma das mais avançadas no mundo. A Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, por exemplo, são consideradas marcos legais no combate à violência. A professora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) Janaína Penalva pondera, no entanto, que ainda é cedo para avaliar os impactos. “Elas são importantes, extremamente importantes. A gente ainda não conhece, não viu na sociedade o impacto de uma legislação protetiva, porque ela é muito recente. Mas ela não é e nunca será suficiente”, afirma a especialista em gênero e direito.

Transformação em 30 ou 50 anos

A pesquisadora Valeska Zanello acredita que a transformação real da sociedade provocada por essas leis deve levar ainda de 30 a 50 anos. “Estudos transculturais mostram que são necessárias pelo menos três gerações para ter modificações nas configurações emocionais. Então, esse é o grande desafio para a nossa geração, para as futuras gerações.” O arcabouço legal de proteção às mulheres teve avanços com a publicação de novas normas.

Reprodução



Doença pede mudança de hábitos dos pacientes

Hipertensão: silenciosa e hereditária

O Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial, lembrado no último domingo (26), alerta para uma doença silenciosa e que, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), afeta não apenas pessoas adultas ou idosas, já que cada vez mais adolescentes e mesmo crianças têm apresentado alterações na pressão arterial. O Ministério da Saúde define a hipertensão arterial, popularmente conhecida como pressão alta, como uma doença crônica caracterizada pelos níveis elevados da pressão sanguínea nas artérias.

Saúde faz alerta sobre a doença

“A pressão alta faz com que o coração tenha que exercer um esforço maior do que o normal para fazer com que o sangue seja distribuído corretamente no corpo”, detalhou o Ministério da Saúde, ao citar a hipertensão arterial como um dos principais fatores de risco para acidente vascular cerebral, enfarte, aneurisma arterial e insuficiência renal e cardíaca.

Vacina em escolas I

A Semana de Vacinação nas Escolas tem meta de imunizar 27 milhões de estudantes de escolas públicas do país até a próxima quinta (30). A campanha que começou na sexta visa atualizar a caderneta de vacinação de crianças e adolescentes de 9 meses a 15 anos com a oferta de seis tipos de imunizantes.

Vacina em escolas II

As vacinas ofertadas são: HPV, febre amarela, tríplice viral, tríplice bacteriana (DTP), meningocócica ACWY e covid-19. A estratégia também inclui a vacinação contra o HPV para jovens de 15 a 19 anos que ainda não se imunizaram. A vacinação é realizada mediante autorização dos pais ou responsáveis.

Voluntários I

O Instituto Butantan está recrutando voluntários com 60 anos ou mais, residentes de 15 municípios de nove estados, para realizar ensaio clínico da nova vacina contra a gripe em idosos. A nova vacina do Butantan possui uma substância em sua composição para aumentar a proteção contra a gripe em idosos.

Voluntários II

Podem participar homens e mulheres de 60 anos ou mais que estejam saudáveis ou com comorbidades tratadas, como diabetes e hipertensão, e clinicamente estáveis. Não serão aceitos indivíduos com imunodeficiência ou doenças não estabilizadas. Os participantes voluntários serão acompanhados durante seis meses.

Prêmio da ciência I

A bióloga Maria Teresa Fernandez Piedade, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), é a vencedora deste ano do Prêmio Almirante Álvaro Alberto, maior premiação da ciência brasileira. O anúncio foi feito na sexta (24) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Prêmio da ciência II

Criado em 1981, o Prêmio Almirante Álvaro Alberto é atribuído anualmente ao pesquisador que tenha se destacado pela realização de obra científica ou tecnológica de reconhecido valor. Na cerimônia, no dia 7 de maio, no Rio de Janeiro, quando Maria Teresa receberá um diploma, uma medalha e R\$ 200 mil.



Entenda quando o uso pode fazer mal à saúde

Canetas emagrecedoras e seus riscos à saúde

Sbem alerta para mercado ilegal e doenças como pancreatite

Da Redação

A diretoria-colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) discute esta semana uma proposta de instrução normativa sobre procedimentos e requisitos técnicos relacionados a medicamentos da classe dos agonistas do receptor GLP 1, popularmente conhecidos como canetas emagrecedoras.

A popularização das canetas emagrecedoras, que podem ter diferentes princípios ativos, incluindo a semaglutida, a tirzepatida e a liraglutida, ampliou o uso indiscriminado e o mercado ilegal desse tipo de medicamento que, atualmente, só pode ser adquirido por meio de receita médica.

Em razão dos riscos à saúde da população, a Anvisa vem tomando uma série de medidas para coibir o comércio ilegal, que inclui versões manipuladas sem autorização. A agência também criou grupos de trabalho para dar suporte à atuação da autarquia no controle sanitário e garantir a segurança de pacientes.

Também este mês, o Conselho Federal de Medicina (CFM), o Conselho Federal de Odontologia (CFO) e o Conselho Federal de Farmácia (CFF), junto à própria Anvisa, assinaram uma carta de intenção com o objetivo de promover o uso racional e seguro de canetas emagrecedoras.

A proposta é prevenir riscos

sanitários associados a produtos e práticas irregulares, além de zelar pela saúde da população brasileira.

“A Anvisa e os conselhos propõem uma atuação conjunta baseada em troca de informações, no alinhamento técnico e em ações educativas”, informou a agência.

Em entrevista à Agência Brasil, o presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (Sbem), Neuton Dornelas, avaliou que o uso de canetas emagrecedoras para tratar a obesidade e o diabetes figura como uma espécie de revolução, mas que o uso indiscriminado do medicamento preocupa.

“São medicamentos muito bons, eficazes, potentes, que abriram realmente um grande horizonte para o tratamento, sobretudo para pessoas que vivem com obesidade. São medicamentos que revolucionaram sob essa perspectiva. Tudo o que a gente já teve pra tratar obesidade tinha resultado menos potente, menos eficaz e eu diria até menos seguro.”

“Para quem vive com uma doença que é crônica, ter a promessa, a expectativa, a esperança de um tratamento, a longo prazo que seja, mas que funcione abriu um horizonte. Esses medicamentos são importantes, ajudam muito não apenas na perda de peso e no controle da glicose, mas, sobretudo, para diminuir o risco cardiovascular”, completou.

CORREIO CENTRO-OESTE

Acácio Pinheiro/Agência Brasília



Encontro trata do planejamento e dos impactos do projeto

CLDF debate o novo hospital de Ceilândia em audiência

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) realiza nesta segunda-feira (27), às 19h, uma audiência pública para debater a construção do novo Hospital de Ceilândia, no plenário da Casa. Proposta pelo deputado distrital Max Maciel (PSOL), a reunião discutirá o planejamento, a execução e os impactos sociais, sanitários e estruturais do projeto. O encontro reunirá representantes do poder público, profissionais de saúde, usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), movimentos sociais e entidades civis para tratar das diretrizes, da estrutura prevista, dos prazos e da integração com a rede de saúde do DF. A participação será aberta ao público, com transmissão ao vivo pela TV Câmara Distrital e pelo canal da CLDF no YouTube.

DF: Manual da Comunicação Poderosa

O livro Manual da Comunicação Poderosa será lançado em 6 de maio, no Teatro do Brasília Shopping, em meio ao aumento da exigência dessa habilidade nas empresas. A obra de Darla Sierra aborda a clareza na mensagem e o posicionamento profissional. Uma pesquisa da Ação Integrada indica que 76% das companhias cobram a comunicação em avaliações de desempenho e que os líderes dedicam 37% do tempo às interações entre equipes.

Divulgação/Agência Brasília



Manutenção de câmeras ocorre no período noturno

DF: Interdição no Buraco do Tatu

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER-DF) informou que o Buraco do Tatu será interditado entre hoje (27) e quinta-feira (30), das 22h às 3h30, para a manutenção do sistema de videomonitoramento. Durante o período, o fluxo de veículos será interrompido para a revisão dos equipamentos. O local conta com seis câmeras e recebe cerca de 150 mil motoristas por dia. A ação integra o cronograma mensal do DER-DF para garantir o funcionamento do sistema. Ao todo, o órgão opera 96 câmeras monitoradas por agentes.

DER-DF realiza leilão de veículos retidos

O Departamento de Estradas de Rodagens do Distrito Federal (DER-DF) realizará, na quarta-feira (29), às 9h, o 4º certame público de veículos apreendidos durante operações de trânsito, com 120 itens e participação online pela Víp Leilões. Os carros poderão ser vistos hoje (27) e amanhã (28), no pátio da Via Brasília Segura. Os automóveis foram retidos e não foram retomados no prazo legal.

Tornozeleira

O governador de Goiás, Daniel Vilela (MDB), enviou à Assembleia Legislativa um projeto que prevê a cobrança pelo uso de tornozeleira eletrônica por agressores de mulheres. A proposta busca transferir o custo do monitoramento aos investigados, presos ou condenados, em casos de violência doméstica.

Cultura

A prefeitura de Campo Grande (MS) abriu um edital para o credenciamento de pareceristas que irão avaliar projetos culturais do município. As inscrições seguem até 7 de maio pela plataforma Mais Cultura. A medida busca ampliar o banco de avaliadores e qualificar análises de propostas ligadas a programas locais.

Feriado

O atendimento presencial e os prazos judiciais ficarão suspensos na Comarca de Jauru (MT) na próxima quinta-feira (30). A medida considera o calendário estadual do judiciário, que aponta quarta-feira (29) como feriado, quando é celebrada a chegada da imagem de Nossa Senhora do Pilar, a padroeira de Jauru.

Royalties

O governador de Goiás, Daniel Vilela (MDB), irá ao Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, na próxima semana, para tratar da divisão dos royalties do petróleo antes do julgamento marcado para 6 de maio. A mobilização ocorre diante de ações que questionam a redistribuição dos recursos, hoje concentrados em estados produtores.

Defeso

O Conselho Estadual de Pesca definiu que o período de defeso da Piracema em Mato Grosso será de 1º de outubro deste ano a 31 de janeiro do próximo ano. Durante esse intervalo, fica proibida a pesca, exceto a de subsistência, destinada ao consumo familiar em comunidades ribeirinhas nas bacias do estado.

Chikungunya

Mato Grosso do Sul registrou 3.490 casos confirmados de chikungunya em 2026, segundo o boletim da Secretaria de Saúde. O estado soma 7.599 suspeitas e 13 mortes em cidades como Dourados, Bonito, Jardim e Fátima do Sul. O documento indica ainda 52 registros em gestantes e dois óbitos em investigação.



Sistema reúne dados atualizados sobre ações em execução

Goiás lidera índice de transparência em obras

O estado alcançou a maior pontuação em avaliação nacional

O estado de Goiás alcançou a maior pontuação do país em avaliação sobre transparência em obras públicas, conforme levantamento da Transparência Internacional – Brasil.

A unidade federativa registrou 95,5 pontos no Índice de Transparência e Governança Pública, dentro de um total de 100, sendo classificada no nível “ótimo”. O resultado posiciona o território como referência nacional na divulgação de dados relacionados à infraestrutura.

O estudo considerou informações de todos os 26 estados e do Distrito Federal. A diferença entre o melhor desempenho e o pior chegou a 72,8 pontos.

Enquanto Goiás lidera o ranking, a Bahia aparece na última posição, com 22,7 pontos.

A média nacional ficou em 63,6, o que coloca o desempenho goiano 31,9 pontos acima do índice geral. De acordo com os dados divulgados, o estado mantém cerca de R\$ 22 bilhões em investimentos monitorados.

A avaliação indica que políticas voltadas à ampliação do acesso à informação contribuíram para o resultado.

Entre os mecanismos utilizados está o Sistema de Monitoramento e Acompanhamento dos Projetos Governamentais (Gomap), que reúne dados de aproximadamente 1.970 empreendimentos em andamento.

O relatório técnico aponta

que Goiás cumpriu quase todos os indicadores analisados.

Entre os critérios avaliados estão execução orçamentária, andamento das obras, planejamento de contratações, identificação de responsáveis por contratos, estudos de impacto, licenciamento ambiental e participação social.

O desempenho indica aderência às práticas de governança e controle. Outros estados com resultados próximos incluem Espírito Santo, com 94,3 pontos, Mato Grosso, com 81,8, Minas Gerais, com 81,2, Ceará, com 80,6, e Rio Grande do Sul, com 80,3. Já os menores índices, abaixo da média nacional, foram registrados por Amapá, Acre, Piauí e Sergipe, além da Bahia.

O levantamento também identificou desafios recorrentes entre as unidades federativas.

Entre eles estão a baixa divulgação de relatórios de medição, ausência de dados sobre responsáveis pelas obras e limitações em mecanismos de participação social no planejamento de projetos. Esses pontos indicam áreas que ainda demandam aprimoramento em parte dos estados avaliados.

A análise destaca que a padronização das informações e a atualização frequente dos dados são fatores considerados relevantes para melhorar a transparência. A disponibilização desses conteúdos permite maior controle social e acompanhamento das ações relacionadas à infraestrutura.

Chuvas no DF elevam risco de transmissão da leptospirose

Contaminação ocorre pelo contato com urina de animais infectados

Sandro Araújo/Agência Saúde DF

Por Isabel Dourado

Com o período de chuvas se estendendo até o final de abril, no Distrito Federal aumenta a preocupação e o risco com a leptospirose. Por isso, a Secretaria de Saúde do DF (SES-DF) reforça a importância da prevenção da doença.

A leptospirose é uma doença causada pela bactéria *Leptospira*, que pode infectar diversos animais. No ambiente urbano, porém, os principais transmissores são ratos e ratazanas. A transmissão ocorre pelo contato direto ou indireto com a urina desses animais, principalmente em água, lama ou lixo contaminados.

Dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SinanNet), do Ministério da Saúde, mostram que, entre 2023 e 2025, foram registrados 53 casos e quatro óbitos pela doença no DF. Entre os sintomas estão febre, dor de cabeça, dores no corpo, especialmente nas panturrilhas e na região lombar. Nas formas mais graves, pode causar icterícia que deixa a pele, mucosas e os olhos amarelados, e evoluir para complicações como hemorragia, meningite e insuficiência renal, hepática e respiratória, com risco de morte.

De acordo com a Fiocruz, a doença apresenta uma letalidade média de 9%. No Brasil, a leptospirose é uma doença endêmica, tornando-se epidêmica em pe-



No período de chuvas, é comum o surgimento de poças d'água e extravasamento de esgoto

ríodos chuvosos, principalmente nas capitais. O risco da transmissão da doença aumenta consideravelmente após inundações.

Exposição

O médico veterinário Frederico Torres Braz explica que trabalhadores expostos ao risco (garis, trabalhadores de esgoto) devem estar mais atentos caso sintam algum dos sintomas da doença. Ele reforça que, em caso de sintomas após contato com água de enchente, ou água contaminada, é fundamental procurar unidades básicas de saúde (UBS) ou unidades de pronto atendimento (UPA). Braz também recomenda que pessoas que tiveram contato

com água de enchente ou lama de enchente devem se lavar imediatamente ao chegar em casa.

“No início, os sintomas podem ser comuns a outras doenças. Por isso, é importante que, caso a pessoa sinta os sintomas e ache que pode ter sido exposta à bactéria, procure atendimento, principalmente se fizer parte de grupos de risco, como trabalhadores da rede de esgoto, de fossas, garis, ou pessoas que alimentam animais onde pode haver presença de ratos. Essas devem se preocupar mais.”

Prevenção

Braz esclarece também que medidas simples, como manter

alimentos bem armazenados e protegidos de roedores, manter a casa e o quintal limpos e vedar frestas e buracos para evitar a entrada de ratos, fazem diferença no controle da doença. “É importante armazenar o lixo de forma correta, em contêineres com tampa. Medidas de prevenção e vigilância são fundamentais para diminuir o número de casos.”

Para conter o avanço da doença, a Secretaria de Saúde do DF realiza ações como educação em saúde para a população, visitas técnicas a locais prováveis de contaminação, controle de roedores em áreas de risco e monitoramento de casos suspeitos.

DF: comércio cresceu 5,9% no primeiro bimestre

O comércio do Distrito Federal registrou crescimento de 5,9% no primeiro bimestre de 2026, acima da média nacional de 1,5%, de acordo com dados do Panorama do Comércio divulgado pela Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL-DF).

O desempenho foi acompanhado pelo nível recorde de vendas e a criação de mais de 9 mil empregos formais na economia local no período.

Para o presidente da CDL-DF, Eduardo Rodrigues, os resultados indicam uma retomada econômica, mas exigem atenção.

“O DF está em um ritmo de crescimento acima da média, o que é positivo. Ao mesmo tempo, esse avanço não é homogêneo. Há setores com desempenho muito forte e outros ainda em retração. Isso reforça a importância de decisões cada vez mais orientadas por informação e planejamento”, refletiu Rodrigues.

O levantamento, que contém dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) e do Banco Central (BC), aponta ambiente favorável para o consumo.

Entre os segmentos com maior avanço estão artigos pessoais e domésticos, com alta de 27,2%, e artigos farmacêuticos, com 12,5%. Parte das atividades, porém, apresentou retração, indicando comportamento mais seletivo dos consumidores.

No mercado de trabalho, o setor comercial teve saldo negativo de vagas no início do ano, atribuído ao encerramento de contratos temporários após o período de maior demanda. Mesmo com esse ajuste, o resultado geral do DF permaneceu positivo.

O estudo mostra desaceleração no crescimento do número de consumidores negativados em comparação com a média do país. O dado indica possível melhora gradual na capacidade de pagamento. Outro fator observado foi a inflação em março, com leve aceleração puxada pelos combustíveis.

Apesar da pressão sobre preços, o desempenho das vendas manteve trajetória de expansão. De acordo com a CDL, os indicadores apontam atividade aquecida no início do ano, com desempenho superior ao nacional.

Arquivo Público do DF restaura e digitaliza acervo filmográfico de Brasília

Divulgação/FAP-DF

O Arquivo Público do Distrito Federal conduz um projeto para preservar e digitalizar acervo filmográfico sobre a história de Brasília com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa (FAPDF).

O levantamento identificou 429 títulos e mais de 1,1 mil rolos de filmes, dos quais cerca de 60% já passaram por análise técnica.

A iniciativa inclui recuperação das películas, digitalização, capacitação de equipes e criação de estrutura para continuidade do trabalho na instituição.

Coordenado pela pesquisadora Lila Silva Foster em parceria com o Instituto Latinoamerica, o projeto reúne produções institucionais e registros amadores sobre a formação da capital.

Parte do conjunto integra o fundo Novacap, reconhecido



O projeto também foca em imagens do cotidiano da cidade

do pelo Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Cada filme passa por inspeção manual, limpeza, reparos e medição do nível de deterioração.

Um dos problemas encontrados é a síndrome do vinagre, processo que compromete o material e pode causar perdas.

O diagnóstico define prioridades para conservação e para conversão dos conteúdos em for-

mato digital.

Além dos materiais já conhecidos, o trabalho inclui filmes pouco explorados, com imagens do cotidiano da cidade.

A proposta é ampliar o acesso público e diversificar as fontes disponíveis para pesquisa.

O projeto também estruturou uma base permanente no Arquivo Público do DF, com aquisição de equipamentos, reorganização de espaços e criação de fluxos técnicos para preservação. Um repositório digital foi desenvolvido para catalogar e disponibilizar informações dos filmes.

Com investimento de mais de R\$ 1,4 milhão, o apoio da FAPDF financia equipamentos, serviços especializados e ações formativas do projeto vinculado ao Programa Desafio DF 2024.

BRASILIANAS

Divulgação/CBMDF



Militares lotados em funções administrativas

Metade dos bombeiros do DF está fora das ruas, diz TCDF

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) avaliou a estrutura do Corpo de Bombeiros Militar do DF e, segundo auditoria, 50,7% dos militares da corporação estão em funções administrativas, longe das ruas, onde ocorrem os atendimentos de emergência.

O dado contraria o Decreto nº 24.533/2004, que determina que ao menos 80% do efetivo deve estar dedicado às atividades-fim, como combate a incêndios, salvamentos, resgates e ações de defesa civil.

A auditoria mostra que, ao longo da última década, a presença de bombeiros na linha de frente caiu de 69% para os atuais 56%. A redução contínua pressiona as equipes operacionais, que enfrentam maior demanda com menos pessoal disponível. O TCDF recomendou que o comando da corporação adote medidas para readequar a lotação dos militares.

O tribunal também determinou que, caso o CBMDF não consiga cumprir o percentual mínimo exigido, deve comprovar formalmente às instâncias competentes as limitações estruturais que impedem o atendimento da regra. A recomendação busca evitar que o descumprimento se torne permanente e comprometa a capacidade de resposta da corporação em situações de emergência.

Ascom/ Brasília Ambiental

A fêmea de veado-catingueiro (*Mazama gouazoubira*)

Veado-catingueiro volta ao Cerrado

Uma fêmea de veado-catingueiro resgatada em Planaltina após atropelamento voltou à natureza na última sexta-feira (24), após pouco mais de um mês de tratamento no Hospital de Fauna Silvestre do DF, em Taguatinga. O animal havia sido encaminhado ao Hfaus pelo Batalhão de Polícia Militar Ambiental em 17 de março, apresentando prostração, sangramento nasal e escoriações. Exames clínicos e radiográficos descartaram fraturas e outras lesões graves, permitindo o início do tratamento.

Durante a internação, a equipe monitorou parâmetros orgânicos e descartou a ocorrência de miopia de captura, condição associada ao estresse elevado em animais silvestres. Segundo o Brasília Ambiental, a evolução clínica incluiu ganho de peso e recuperação completa.

A soltura ocorreu na Estação Ecológica de Águas Emendadas, área próxima ao local do resgate e considerada adequada por oferecer abrigo, alimentação e segurança. O órgão destacou que o procedimento envolveu planejamento para reduzir o estresse do animal.

POR WILLIAM FRANÇA

Carga desigual no CBM é de 24 horas

A análise do Tribunal de Contas do DF também identificou um desequilíbrio na carga horária dos bombeiros. Normativos internos da corporação estabelecem que militares em atividade-fim cumprem, em média, 168 horas mensais, enquanto os lotados em funções administrativas trabalham cerca de 144 horas por mês.

A diferença de 24 horas mensais recai justamente sobre quem atua no combate a incêndios, salvamentos e outras ocorrências de alto risco.

A representação que motivou a auditoria apontou que essa disparidade contribui para o desgaste físico e psicológico das equipes operacionais, que acumulam jornadas mais longas e maior exposição a situações críticas.

Embora o TCDF não tenha identificado irregularidade formal na definição das jornadas, o órgão reconheceu que o modelo atual amplia a pressão sobre os profissionais da linha de frente.

O tribunal recomendou que o CBMDF avalie formas de equilibrar a distribuição, especialmente diante da redução do efetivo operacional.

Em um ano, Game Hub amplia setor

O Brasília Game Hub completou um ano de funcionamento consolidado como um dos principais polos de desenvolvimento de jogos eletrônicos da América Latina. Nesse período, o projeto atraiu R\$ 35 milhões em potenciais investimentos e incubou 14 estúdios na capital federal. A iniciativa também realizou uma maratona de desenvolvimento que reuniu mais de quatro mil participantes e recebeu reconhecimento da International Game Developers Association. Além disso, foram promovidas mais de 250 rodadas de negócios, que resultaram em R\$ 7,5 milhões em conexões entre desenvolvedores e investidores. A estrutura do hub opera em quatro frentes integradas: criação de jogos, incubação presencial de empresas, capacitação para o mercado global e ações de acesso comercial, como demodays e premiações. Para 2026, as metas foram ampliadas, com previsão de acompanhar 2.500 profissionais, incubar 20 estúdios e realizar uma semana de conexões com investidores internacionais.



BRB enfrenta rombo após realizar operações com o Master

Fachin derruba decisão da Justiça do DF

Medida autoriza GDF a vender imóveis para salvar o BRB

Por Isabel Dourado

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, suspendeu na sexta-feira (24) a decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) que proibia o GDF a adotar providências voltadas ao fortalecimento do caixa do Banco de Brasília (BRB), incluindo a transferência e a alienação de bens públicos para capitalização da instituição. A medida será submetida ao referendo do plenário do STF, em sessão virtual que deve acontecer de 8 a 15 de maio. A decisão atende a um pedido do governo do DF.

De acordo com o ministro, a decisão impedia a implementação de política pública para enfrentar a situação econômica e financeira sensível do BRB. “O BRB desempenha papel central no sistema financeiro do DF, sendo responsável pela operacionalização de programas sociais relevantes, pelo pagamento de servidores públicos, pela gestão de volumes expressivos de depósitos – inclusive judiciais – e pela concessão de crédito em escala significativa à economia local”, escreveu Fachin.

A decisão pela proibição, tinha sido assinada na quinta (23) pelo desembargador Rômulo de Araújo Mendes. A decisão atendia a um pedido do Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT). Na ação, o MP questiona dispositivos da lei que permitem a integralização de capital do BRB por meio de bens móveis e imóveis públicos, bem como a alienação desses bens, inclu-

sive aqueles pertencentes a entidades da administração indireta. Ao analisar o caso, o relator entendeu que estavam presentes os requisitos legais para a concessão da medida cautelar. “Há um risco concreto e imediato de que a lei venha a atingir bens e interesses protegidos pela Lei Orgânica do Distrito Federal”, escreveu o desembargador.

Para o Ministério Público, a suspensão liminar da lei é importante tendo em vista especialmente o risco de dano irreparável. Segundo a decisão “a permanência da lei em vigor poderia permitir a alienação imediata de bens públicos de elevado valor econômico e relevância ambiental, com impactos potencialmente irreversíveis ao patrimônio público e ao equilíbrio fiscal do Distrito Federal.”

Impacto Ambiental

Na Ação direta, o MPDFT argumentou que a aprovação da lei nº 7.845/2026 não seguiu o devido processo durante a tramitação legislativa, o que comprometeu a transparência e o controle por parte da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

O Ministério Público ressaltou também que a lei permite a desafetação e a alienação de imóveis públicos sem a observância dos requisitos legais, como a comprovação do interesse público, a realização de avaliação prévia dos bens e a promoção de audiência pública com a população interessada — exigências previstas na LODF.

CORREIO SUDESTE

Gil Leonardi / Imprensa MG



Cronograma prevê intervenções em 2026, 2027 e 2028

MG anuncia R\$ 300 milhões em obras no Triângulo Mineiro

O governador Mateus Simões anunciou, na tarde deste sábado (25/4), investimentos superiores a R\$ 300 milhões em 16 obras rodoviárias, no Triângulo Mineiro. O anúncio ocorreu logo após reunião com autoridades municipais, na Praça de Serviços do Governo Presente, em Uberaba, capital provisória do estado, até o último domingo (26). “Gostaria de começar anunciando o que ficou definido, em termos de cronograma, para ordem de serviços ainda em 2026: recuperação da ponte Delta a Igarapava; terceiras faixas da AMG-2545, acesso à Veríssimo; recuperação de asfalto em estradas de municípios como Itapajipe, Frutal, Planura e Pirajuba; além da liberação de recursos para obras em Conceição das Alagoas a Campo Florido”.

Governador promete 16 obras

“São 16 obras ao final, entendendo a prioridade de cada uma, analisando qual é a mais importante em cada momento, negociando com prefeitos e deputados para que a gente possa atender a todos e, principalmente, à população dessas regiões”, explicou Simões. Para 2027, estão previstas obras como o contorno viário de Ibiá, o trevo de Tapira, na BR-146, obras na MG-426 e MG-493, em Iturama.

Divulgação / Sedese



Iniciativa é do Governo de Minas

Mutirão Jovem Aprendiz em BH

“Essa iniciativa é muito importante, porque dá oportunidade para jovens que, como eu, querem conquistar o primeiro emprego e ajudar em casa, mas encontram dificuldades. Eu soube do mutirão pelo site do governo, me interessei e fiz questão de vir, porque acredito que ações como essa fazem a diferença na vida de quem está começando”, afirmou Ester Gabriela, 15 anos, moradora de Contagem, Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A ação foi realizada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese).

Evento reuniu jovens entre 14 e 24 anos

O encontro reuniu adolescentes e jovens, com idades entre 14 e 24 anos, no estacionamento do Minas Shopping, na região Nordeste da capital, em busca da primeira oportunidade no mercado de trabalho. O evento gratuito contou com a participação de empresas, instituições parceiras e organizações da sociedade civil que atuam com programas de aprendizagem.

Inauguração I

O governador do ES, Ricardo Ferraço, esteve, no sábado, em Nova Venécia, onde inaugurou as obras de implantação e pavimentação da Rodovia ES-137, no trecho entre Patrimônio da Penha e Santo Antônio do XV, e realizou a entrega da pavimentação asfáltica do Parque de Exposições Luiz Henrique Altoé.

Inauguração II

As obras da Rodovia ES-137 contemplam 13,8 quilômetros de extensão, conectando as comunidades de Patrimônio da Penha e Santo Antônio do XV. O investimento total na intervenção é de R\$ 75,9 milhões, executado pelo Departamento de Edificações e de Rodovias do Espírito Santo (DER-ES).

Asa Delta I

Depois de dez anos, o Espírito Santo volta a ser palco do Campeonato Brasileiro de Asa Delta (CBAD). A competição, que celebra 50 anos de história, tem início na próxima terça-feira (28) na Rampa do Monjolo, em Baixo Guandu, município reconhecido como a Capital Estadual do Voo Livre.

Asa Delta II

A competição conta com apoio da Secretaria de Esportes e Lazer (Sesport) e segue até o dia 09 de maio. Considerada uma das melhores áreas de decolagem do mundo para a prática do voo livre, a Rampa do Monjolo passou por uma série de melhorias em sua infraestrutura para receber eventos de projeção nacional e internacional.

Vagas no RJ I

O Governo do Estado divulgou 2.907 oportunidades de emprego formal, estágio e Jovem Aprendiz no Rio de Janeiro. Por meio do Sistema Nacional de Emprego (Sine), são oferecidas 1.231 posições com carteira assinada, distribuídas pelas regiões Metropolitana, Serrana e Médio Paraíba.

Vagas no RJ II

Para quem busca estágio ou uma chance como Jovem Aprendiz, há um total de 1.676 vagas: 204 da Fundação Mudes e 1.472 do CIEE. A Região Metropolitana oferece de três a quatro salários mínimos (R\$ 4.863 a R\$ 6.484) para encarregado de obras e vidraceiro, que exigem experiência anterior e nível de escolaridade.



Organizar o evento envolve desafios logísticos

Paradas LGBTQ+ do Rio juntam forças por direitos

Encontro reúne cidades e promove estratégias de organização

Da Redação

Uma vez por ano, as ruas de Madureira, no subúrbio carioca, são tomadas por diferentes cores em celebração ao orgulho LGBTQI+. Organizar o evento, que mistura festa e luta por direitos, envolve desafios que vão além de apenas colocar trios elétricos na pista.

Para a segurança de todos, é preciso suspender o emaranhado de fios que conectam os postes do bairro. Quando chove, a logística é suspensa e a manifestação precisa se adequar às limitações do ambiente.

“Não é igual à Copacabana, na Avenida Atlântica, onde os trios podem colocar coberturas contra a chuva e seguir desfilando tranquilos. Madureira tem outras dificuldades”, explica Rogéria Meneguel, presidente e organizadora da Parada LGBTQ+ de Madureira.

“Já aconteceu de chover muito em um ano e a Parada não conseguiu andar. Ficou, literalmente, parada. Desde o ano passado, estamos fazendo o evento dentro do Parque de Madureira, para lidar com essas questões”, complementa.

Da mesma forma como ocorre entre os bairros, municípios menores lidam com problemas diferentes em relação à capital fluminense. O Encontro Estadual de Paradas do Orgulho LGBTQI+, que acontece neste sábado (25), no centro do Rio,

pretende fortalecer a troca de experiências entre lideranças de diferentes territórios.

“É fundamental que as cidades maiores também deem sustentação e suporte político, institucional e cultural para as cidades com maior dificuldade”, diz Cláudio Nascimento, presidente do Grupo Arco-Íris, organizador da Parada de Copacabana.

“O que deu certo para um pode servir de referência para outro. E nos reunimos para pensar juntos quais são as principais pautas da comunidade. Unidos, aumentamos as vozes e damos mais visibilidade para nossas lutas”, completa.

Demandas do interior

Portanto, nem tudo se resume à estrutura e logística. Organizar uma Parada envolve também enfrentar uma reação conservadora que tenta limitar direitos e demandas da população LGBTQI+.

O presidente do coletivo Arraial Free, Rafael Martins, que organiza a manifestação em Arraial do Cabo, na Região dos Lagos, conta que os últimos 14 anos foram de constante luta para colocar o movimento nas ruas.

“O município ainda tem muitas pessoas preconceituosas, sabe? Mas estamos resistindo e mostrando para a nossa região, muito conservadora, que nós existimos, estamos ali e que precisamos de políticas públicas para a população LGBTQI+”, diz Rafael.

Polo aeroespacial de São José dos Campos recebe fomento

Iniciativa aposta em capacitação de novos profissionais

O mundo voltou sua atenção para a missão Artemis II, da Nasa, que levou astronautas à maior distância já percorrida por humanos em relação à Terra. Em São José dos Campos, no Vale do Paraíba, o tema dialoga com uma trajetória já consolidada: o município abriga um dos setores aeroespaciais mais avançados do país. Esse ambiente tem sido progressivamente estruturado no âmbito do Programa SP Produz, que apoia o fortalecimento da governança e o desenvolvimento de projetos estratégicos da Cadeia Produtiva Local Aeroespacial.

“Nossa CPL Aeroespacial é uma das mais ativas e maduras. Com mais de 20 anos, reúne empresas de toda a cadeia produtiva, desde o fornecimento de matéria-prima até o desenvolvimento de produtos finais, como aeronaves e satélites. Trata-se de uma tecnologia dominada por poucos países”, afirma Kenzo Takatori, coordenador do Cluster Aeroespacial e de Defesa Brasileiro e integrante do Parque de Inovação Tecnológica de São José dos Campos, entidade gestora da cadeia produtiva.

Instalada no Parque de Inovação Tecnológica de São José dos Campos (PIT), a CPL recebeu fomento do programa para investir na formação de novos profissionais e ampliar sua presença em feiras e eventos estratégicos, com o objetivo de conquistar novos clientes internacionais. As



Governo SP/Divulgação

Programa SP Produz é uma iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ações também fortalecem a rede de contatos qualificados do setor, aumentando a competitividade em um mercado global altamente especializado.

“Com o fomento do SP Produz, contratamos professores, oferecemos cursos e os alunos já são absorvidos pela própria cadeia. Além disso, conseguimos qualificar empresas para atender às exigências internacionais, que são cada vez mais rigorosas.”

Reunindo 160 empresas de diferentes segmentos da cadeia produtiva, que atua desde o fornecimento de matéria-prima até a produção de aeronaves, satélites, foguetes e sistemas de alta

complexidade nas áreas de aeronáutica e aeroespacial. O setor é estratégico por seu alto valor agregado e capacidade tecnológica. Segundo levantamento da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil (AIAB), a indústria já emprega cerca de 27 mil trabalhadores paulistas e segue em expansão, impulsionada pelo aumento da produção e pela demanda internacional.

Takatori destaca que o fomento público tem papel decisivo para sustentar esse nível de desenvolvimento. “Os recursos do SP Produz são essenciais. O setor aeroespacial tem ciclos longos, a negociação de uma

venda pode levar até oito anos, além de envolver produtos complexos. Esse apoio permite investir em qualificação, certificações internacionais e participação em feiras estratégicas, fundamentais para acessar o mercado global”, explica.

Para a subsecretária de Competitividade e Desenvolvimento Econômico e Regional da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Júlia da Motta, estimular a integração entre todos os elos de uma cadeia econômica contribui diretamente na geração de renda, emprego e fortalece a competitividade das empresas paulistas.

SP: auxílio-aluguel ajuda vítimas de violência

Ana Paula* conheceu o auxílio-aluguel, benefício criado pelo Governo de São Paulo e administrado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, destinado a mulheres em situação de violência doméstica, após passar por um relacionamento abusivo que trouxe não apenas agressões físicas, mas também uma forma silenciosa e cruel de controle: a violência patrimonial.

O então companheiro controlava seu acesso ao próprio celular, vigiando o tempo em que ela permanecia online no aparelho e monitorando mensagens que ela trocava com clientes que buscavam seus cuidados com pets, o que, ao longo do tempo, foi criando dificuldades para que ela organizasse os atendimentos do trabalho.

“Esse dinheiro [do auxílio-aluguel] foi o que me deu o primeiro estímulo para sair daquela condição em que eu estava vivendo”, conta.

Depois de procurar o Conselho Municipal da Mulher na cidade de Itapeverica da Serra, região metropolitana de São Paulo, Ana Paula soube que tinha o perfil para receber o auxílio-aluguel. “Com o benefício, eu comprei os primeiros utensílios para atender pets em domicílio”, conta ela. O que começou como uma alternativa emergencial se transformou em um negócio sólido. Hoje, Ana Paula atende mais de 100 clientes.

“Foi com esse apoio que eu consegui recomeçar minha vida. Hoje eu vivo do meu trabalho, com dignidade.” Atualmente, ela já não recebe mais o benefício, porque conquistou autonomia financeira.

O que é o auxílio-aluguel

O Auxílio-Aluguel, no valor de R\$ 500,00, é um benefício temporário voltado a mulheres em situação de violência doméstica, com o objetivo de garantir condições mínimas para que possam romper o ciclo de violência e reconstruir suas vidas. O benefício é pago por seis meses, com possibilidade de renovação por mais um período de igual duração.

*Nome fictício para preservar a identidade da entrevistada.

Após acordo fechado com reitoria, funcionários da USP encerram greve

Os servidores técnicos e administrativos da Universidade de São Paulo (USP) encerraram a greve iniciada há 10 dias, após acordo entre a reitoria da Universidade e o Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp). A categoria entrou em greve no último dia 14, pleiteando isonomia em relação a gratificações que foram dadas aos docentes.

A Universidade informou que irá igualar o recurso destinado a gratificações para as duas categorias. O pagamento das gratificações depende ainda de envio de proposta estruturada para órgãos técnicos da Universidade, não havendo previsão da data de início.

Também foi firmado compromisso para a formalização do abono das horas não trabalhadas



Paulo Pinto/Agência Brasil

USP cedeu em pauta sobre gratificação e abono de horas

em períodos de “pontes” de feriados e recesso de final de ano.

A discussão avançou também no atendimento a um acordo que envolve os trabalhadores terceirizados, com o compro-

misso de buscar soluções que assegurem condições de deslocamento análogas às oferecidas aos servidores da USP, como gratuidade no transporte dentro do campus.

Greve estudantil continua

Os estudantes da Universidade mantêm a paralisação iniciada no dia 16 de abril. Eles protestam contra cortes no programa de bolsas, falta de vagas de moradia estudantil e no fornecimento de água.

Após reunião com a reitoria, foi marcada uma mesa de negociação que será realizada na próxima terça-feira (28).

Segundo a USP, foi revogada uma portaria que interferia nos espaços cedidos pela USP aos centros acadêmicos, impedindo o comércio ou a sublocação. A medida foi um dos maiores impulsos para a mobilização discente nesse momento.

CORREIO NORDESTE

Ascom Seplag



Sil ficou conhecida por suas jaqueiras de barro

Arte alagoana brilha na Semana de Design de Milão

O artesanato de Alagoas atravessou o oceano e conquistou um dos palcos mais conceituados do mundo: a Semana de Design de Milão 2026. Até o dia 26 de abril, o trabalho de 46 artesãos alagoanos está em exposição no circuito Fuorisalone, ocupando o histórico espaço Le Cavallerizze, em uma das regiões mais charmosas da cidade italiana.

A mostra apresenta a coleção "Alagoas Plural", do programa Alagoas Feita à Mão, sob curadoria de Marco Aurélio Pulchério. Ao todo, são mais de 100 peças produzidas por 26 artesãos individuais e 20 bordadeiras da Associação Mimos de Dona Però, representando 11 localidades do Estado.

Temporada de cruzeiros na Bahia

A temporada baiana de cruzeiros marítimos 2025/2026 foi encerrada na última quinta-feira (23), com a chegada ao Porto de Salvador do navio de bandeira italiana Costa Diadema, trazendo quase quatro mil brasileiros e estrangeiros, que tiveram receptivo especial da Secretaria de Turismo do Estado (Setur-BA). Em seis meses de navegação, 230 mil cruzeiristas desembarcaram na Bahia, com atracações nos portos da capital e de Ilhéus.

MDS/GOVBR



Atualmente é executado por 371 municípios

Salvador sedia Encontro Regional

Hoje (27) e terça-feira (28) Salvador sedia, a partir das 9h, no Gran Hotel Stella Maris, o Encontro Regional Nordeste do Programa Primeira Infância no SUAS. Além da Bahia, participarão representantes dos estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Sergipe. O evento é promovido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em parceria com o Governo da Bahia e a Fundação Van Leer, e tem como objetivo fortalecer o aperfeiçoamento do serviço de proteção social básica nas visitas domiciliares.

Capacitação no Maranhão

Com o objetivo de fortalecer os serviços de saúde na identificação, manejo e prevenção da tuberculose, o estado Maranhão promoveu palestra "Infecção Latente da Tuberculose (ILTb)", na Maternidade de Alta Complexidade do Maranhão (MACMA). A atividade foi conduzida pela Coordenação de Vigilância de Doenças Transmissíveis da Secretaria de Estado da Saúde (SES).

Agroindústria

A Agroindústria de Seleção de Frutas e Hortaliças instalada pelo Governo da Bahia, vem impulsionando o escoamento da produção e gerando renda para mulheres do grupo Delícias do Quintal. Atualmente, o grupo possui contratos que somam R\$ 250 mil em produtos destinados à alimentação escolar na região.

Turismo

De janeiro a março deste ano foram registrados 12.678 embarques em passeios náuticos no município de Raposa, um crescimento de 24,29% em relação ao mesmo período de 2025 (10.200). Os dados foram divulgados pela Secretaria de Estado do Turismo do Maranhão, por meio do Observatório do Turismo.

Termo

O governo do estado do Ceará, por meio da Secretaria da Infraestrutura, a prefeitura de Fortaleza e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinaram termo de cooperação técnica para a realização de estudos sobre a integração da rede de transporte público de Fortaleza.

Agentes

O governo de Sergipe publicou no Diário Oficial o decreto de nomeação de todos os candidatos habilitados e classificados em vagas para o cargo de agente socioeducativo do concurso público da Fundação Renascer, cujo resultado final foi homologado pelo governador Fábio Mitidieri no último dia 10 de abril.

Investimentos

Alagoas, através da Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa, lançou o Prêmio José Lessa Gama, edital de premiação voltado ao reconhecimento das manifestações que integram o ciclo junino. Com investimento de R\$ 1 milhão, a iniciativa vai contemplar 145 propostas de grupos e artistas.

Ação da polícia

A Polícia Civil do Estado do Ceará (PCCE) cumpriu, na manhã da última quinta-feira (23), um mandado de prisão preventiva em desfavor de um homem suspeito de estupro de vulnerável contra a própria sobrinha. A captura ocorreu em Croatá, na Área Integrada de Segurança Pública 27 (AIS 27) do Ceará.



Parque Nacional Serra da Capivara

Turismo no Piauí cresce 43,8% com 129 mil visitantes

O principal destaque do período foi o Parque Zoobotânico

O turismo no Piauí apresentou desempenho expressivo no primeiro trimestre de 2026, consolidando a tendência de crescimento do setor no estado. De acordo com levantamento da Secretaria de Estado do Turismo (Setur-PI) o conjunto de sete atrativos turísticos monitorados registrou 129.554 visitantes entre janeiro e março de 2026, frente a 90.106 no mesmo período de 2025, representando um incremento absoluto de 39.448 visitantes e crescimento agregado de 43,8%.

Segundo a Setur, os dados refletem uma expansão consistente e distribuída entre diferentes regiões turísticas do estado, evidenciando a capilaridade das políticas públicas implementadas e o fortalecimento da atividade turística como vetor de desenvolvimento econômico.

O principal destaque do período foi o Parque Estadual Zoobotânico, localizado em Teresina, que apresentou o maior crescimento percentual entre os atrativos analisados. O equipamento saltou de 43.256 visitantes no primeiro trimestre de 2025 para 73.408 em 2026, registrando aumento de 69,7%. O desempenho reforça a relevância dos investimentos em requalificação de espaços urbanos e na promoção de destinos de fácil acesso.

No Polo Origens, o Parque Nacional Serra da Capivara manteve trajetória ascendente, com

crescimento de 31%, passando de 8.726 para 11.433 visitantes. Para a Setur, o resultado reafirma a consolidação do destino no cenário nacional e internacional, especialmente pelo seu valor arqueológico, científico e cultural. Ainda na mesma região, o Museu da Natureza apresentou crescimento de 6,5%, enquanto o Museu do Homem Americano registrou aumento de 16,1%.

No Polo Costa do Delta, o Porto dos Tatus registrou crescimento de 14,2% no trimestre, enquanto o Museu do Mar apresentou incremento de 31% no primeiro bimestre do ano. O equipamento encontra-se temporariamente fechado para obras de requalificação.

Já no Polo Aventura e Mistério, o Parque Nacional de Sete Cidades registrou crescimento de 15,4% no fluxo de visitantes, reforçando o potencial do turismo de natureza e aventura no estado.

Segundo o governador Rafael Fonteles, os indicadores confirmam a efetividade da estratégia adotada pelo Governo do Estado para o fortalecimento do turismo. "Os resultados demonstram que os investimentos em infraestrutura, qualificação e promoção turística estão gerando impactos concretos na economia e na geração de oportunidades", afirmou. Na mesma linha, o secretário de Estado do Turismo, Daniel Oliveira, destacou o caráter estrutural do crescimento observado.

CORREIO NORTE

Sebrae/RR



Chimarruts agitou primeira noite do festival

Festival agitou Boa Vista no fim de semana

Promovido pelo governo de Roraima e pelo Sebrae-RR, o Festival Viva Roraima integrou cultura, música, gastronomia, negócios e experiências interativas, consolidando-se como um dos principais eventos do calendário estadual. O ponto alto da primeira noite foi o show nacional da banda gaúcha Chimarruts, que levou ao palco principal um repertório marcado pelo reggae e interação com o público. Para os integrantes Nê Kisiolar e Sander Fróis, a participação no festival representa uma experiência de troca cultural e valorização da diversidade brasileira. “É muito legal chegar aqui e perceber o quanto temos em comum, mesmo sendo de regiões tão distantes. Isso aqui é o Brasil: um país cheio de vida” destacou Nê.

Tarauacá completa 113 anos

Em comemoração aos 113 anos de Tarauacá, a governadora do Acre, Mailza Assis (PP), realizou uma série de anúncios e entregas importantes para o município, durante cerimônia alusiva ao aniversário da cidade. Durante o evento, a chefe do Executivo estadual assinou convênio no valor de R\$ 1,5 milhão destinado à revitalização, reforma e ampliação das escolas rurais mistas do município, melhorando a estrutura das unidades de ensino.

Governo de Rondônia



Hidrovia do Madeira é essencial para o transporte

Segurança no Rio Madeira

A Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia promoveu uma reunião estratégica no auditório do Porto de Porto Velho. O encontro reuniu representantes de órgãos de segurança pública, instituições federais e empresas de navegação para alinhar ações integradas voltadas às operações no Rio Madeira e apresentar as diretrizes para a dragagem da hidrovia em 2026. Na ocasião, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) apresentou os resultados da campanha de dragagem de 2025.

Manejo do fogo no Tocantins

O Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) realizou em Caseara uma reunião de alinhamento das brigadas para fortalecer as ações de Manejo Integrado do Fogo (MIF) durante o período de estiagem no Cantão. A ação foi realizada de forma integrada com as equipes do Parque Estadual do Cantão (PEC) e da Área de Proteção Ambiental (APA) Ilha do Bananal/Cantão.

Cinema

A Fundação Cultural do Pará (FCP) inaugura nesta segunda-feira (27) o Cine Alexandrino Moreira, localizado na Casa das Artes, em Belém. No evento, restrito a convidados, haverá a exibição da curta-metragem “Cabana” da cineasta Adriana de Faria. O espaço inicia a operação pública na quarta-feira (29).

Caprichoso

O Boi Caprichoso azulou o Sambódromo de Manaus (AM) no sábado (25), com o lançamento do álbum “Brinquedo que Canta Seu Chão”. Os cantores Júlio Persil e Alonso Júnior abriram a noite, seguidos de Edilson Santana, Arlindo Neto, Klinger Jr. e Júnior Paulain. Depois, cantaram os artistas do disco.

Quadrinhos

As estudantes Yasmin Victória Guimarães e Mariny Sousa Lopes, da Escola de Tempo Integral Luiz Gonzaga, de Palmas (TO), estão entre as premiadas no Concurso Cultural de Histórias em Quadrinhos (HQs), realizado dentro da programação do Circuito Amazônico de Quadrinhos 2026.

Alagamentos

A prefeitura de Belém segue reforçando as ações de assistência às famílias afetadas pelas fortes chuvas registradas no último fim de semana, mobilizando equipes para levar ajuda humanitária aos pontos mais críticos da capital. No sábado e no domingo (25 e 26), a gestão municipal distribuiu mais de mil kits emergenciais.

Açaí

Uma ação conjunta entre a prefeitura de Macapá, o Governo do Amapá e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) promoveu, na sexta-feira (24), o Seminário Açaí Mais Seguro, voltado à conscientização e capacitação de batedores sobre práticas seguras na produção do açaí.

Prêmio

A prefeitura de Boa Vista (RR) conquistou o Prêmio Sebrae Prefeitura Empreendedora com os projetos Sistema de Irrigação Fotovoltaica e Centro de Difusão Tecnológica (CDT), nesta quinta-feira, 23. A cerimônia ocorreu no Centro Amazônico de Fronteiras (CAF) da Universidade Federal de Roraima (UFRR).



Projeto visa valorizar a festa junina de Macapá

Amapá quer projetar o ‘Arraiá da Capital’

Estado planeja alcance nacional para seus eventos culturais

O governo do estado do Amapá consolida o apoio ao segmento cultural como ferramenta de transformação social e econômica, garantindo suporte estratégico para a realização da quadra junina de 2026.

Ao priorizar o fomento às tradições populares, o estado viabiliza que eventos como o “Arraiá da Capital” alcancem projeção nacional, fortalecendo a rede de apoio aos artistas e promovendo o desenvolvimento regional por meio da cultura.

Articulação

Essa articulação institucional é realizada em conjunto com a Federação das Entidades e Associações Juninas do Amapá (FEAJ) e conta com a parceria do deputado Paulo Lemos. Para o presidente da federação, Augusto Júnior, esse respaldo governamental é fundamental para o crescimento do setor.

“O apoio é incondicional e essencial, não só para o nosso evento, mas principalmente para o movimento junino e para o segmento cultural de todo o estado. A presença do Estado representa o resgate da valorização e do respeito que temos pelo movimento junino”, afirmou.

Premiações

Dentro desse cenário de valorização, o movimento organiza um cronograma que inclui a escolha dos soberanos no dia 28 de

maio, no espaço Nuance Eventos.

A competição premiará com uma moto 0 km cada vencedor das categorias Soberano, Soberana e Soberana Diversidade. O festival, que conta com o suporte do Estado para sua execução, oferecerá uma das maiores premiações do país, R\$ 60 mil para a quadrilha campeã estilizada e R\$ 20 mil para a tradicional, elevando o patamar competitivo do Amapá no cenário junino.

Além do aspecto festivo, o incentivo ao movimento junino impacta toda a cadeia produtiva local, como ressalta o presidente do Conselho Estadual de Cultura, Cirley Picanço.

“O período representa o fortalecimento da cadeia produtiva e criativa em todos os setores do estado” destacou.

“Beneficia diretamente costureiras, maquiadores, estilistas, coreógrafos e diversos trabalhadores da economia criativa, que encontram na quadra junina uma importante fonte de renda”, destacou.

O sentimento de valorização é compartilhado por quem está no centro das apresentações.

Shayenne Gonçalves, de 26 anos, veterana do grupo Estrela do Norte, com uma década de atuação, destaca a importância do espaço conquistado.

“Eu acho maravilhoso, não só para mim, mas para todos que fazem parte da cultura há muito tempo”, festeja Shayene.

CORREIO SUL

Denis Ferreira Netto/Sedeste



Os encontros tratam da gestão hídrica no estado

Paraná debate bacias hidrográficas nesta semana

A 29ª reunião do Comitê de Bacia Hidrográfica do Norte Pioneiro será realizada amanhã (28), às 9h30, de forma presencial no Instituto Água e Terra (IAT), em Jacarezinho (PR). Já a 10ª reunião do Fórum Paranaense de Comitês de Bacias Hidrográficas ocorre na quarta-feira (30), às 14h, em formato remoto com transmissão pelo YouTube. Os encontros integram o plano da Diretoria de Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos do IAT, responsável por apoio técnico e financeiro aos colegiados. A agenda inclui temas como revisão de normas, criação de câmara técnica, atualização de planos e análise de acordo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná sobre cobrança pelo uso da água, além de outros informes técnicos.

PR: usuários aprovam transporte público

Uma pesquisa da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (Amep) indica que 74,7% dos usuários utilizam o transporte metropolitano para ir ao trabalho na Região Metropolitana de Curitiba. O levantamento, realizado entre 5 e 20 de novembro de 2025, ouviu 2 mil pessoas em terminais e pontos de embarque. O estudo também aponta aprovação acima de 70% para atendimento de motoristas, velocidade das viagens e formas de pagamento.

Divulgação/FCC



Evento busca cantores em várias regiões do estado

SC inicia festival de música hoje

O governo estadual lança hoje (27) a 3ª edição do Santa Catarina Canta – Festival de Música Brasileira, em evento na Sala de Cinema Gilberto Gerlach, no Centro Integrado de Cultura (CIC), em Florianópolis (SC). A iniciativa mantém o foco no repertório nacional e prevê participação de candidatos. Para se inscrever, é preciso ser natural da unidade federativa ou comprovar residência há três anos, além de escolher entre categorias. As edições anteriores registraram mais de 1 mil inscritos cada. O projeto é realizado pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC).

RS realiza audiência pública na capital

O governo do Rio Grande do Sul realiza nesta segunda-feira (27) uma audiência pública sobre o projeto de parceria público-privada (PPP) do Centro Administrativo Fernando Ferrari (Caff), em Porto Alegre (RS). A reunião acontecerá de 9h30 às 12h30 no auditório do centro. Serão apresentados os aspectos técnicos do projeto, que prevê reforma, requalificação e equipagem do espaço.

Mudança

A Supervisão Regional e a Inspeção de Defesa Agropecuária de Santa Maria (RS) passam a atender em novo endereço a partir de hoje (27), na Rua Coronel Niederauer. A unidade integra a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação e atende 26 municípios da região central do estado.

Alemanha

Em Blumenau (SC), a Biblioteca Municipal Dr. Fritz Müller realiza hoje (27), às 19h, nova edição do programa "Contos e Encontros", voltado à prática da língua alemã. As vagas são limitadas e exigem inscrição prévia. A ação ocorre desde 2018 e promove encontros mensais com mediação de participantes convidados.

Detonação

A Rodovia Estadual Coincidente do Paraná (PRC) 466 será interditada na próxima quarta-feira (29) para a detonação de rochas no km 237+700, entre os municípios de Turvo (PR), no centro, e Palmirinha (PR), no distrito de Guarapuava. O bloqueio total do tráfego começa às 14h e a liberação será a partir das 17h.

Cinema

O Festival Internacional de Cinema da Fronteira ocorre de terça-feira (28) a 2 de maio em Bagé (RS) e Sant'Ana do Livramento (RS), com entrada gratuita. A 17ª edição reúne 30 filmes e 10 longas na competição. A programação inclui mostra de curtas, laboratório audiovisual, atividades formativas e apresentações musicais diárias.

Consulta

A prefeitura de Joinville (SC) abriu uma consulta pública para receber sugestões sobre o Programa Joinville Resiliente e Sustentável, com prazo para o envio de sugestões até 7 de maio. A proposta prevê obras de drenagem, pavimentação, construção de ponte, estrutura da Defesa Civil e unidades de saúde.

Cultura

O governo do Paraná abriu uma consulta pública para receber sugestões sobre editais de apoio a publicações independentes e música urbana. A participação está disponível no SIC.Cultura e busca contribuições da sociedade. Os dois chamamentos somam investimento previsto de R\$ 2 milhões em ações culturais.



Vendas para as Filipinas impulsionaram o resultado

Paraná exportou 21,3 mil toneladas de suínos

O resultado é o melhor já registrado para março no estado

O Paraná registrou envio de 21,36 mil toneladas de carne suína ao exterior em março de 2026, segundo dados do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab-PR).

O volume representa o melhor desempenho para o mês e o quarto maior da série histórica, além de alta de 10,1% na comparação com março de 2025.

O resultado foi impulsionado pela demanda das Filipinas, que importaram 4,64 mil toneladas, aumento de 86,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

De acordo com os registros da plataforma Comex Stat/MDIC, o desempenho segue uma sequência de resultados elevados observada desde julho de 2024.

Os dados indicam que o volume de março ficou abaixo apenas dos embarques registrados em setembro, outubro e dezembro de 2025. Para o governo estadual, o crescimento reforça a participação paranaense no comércio internacional e evidencia a ampliação da demanda por proteína suína em mercados externos.

Além das exportações, o boletim do Deral aponta mudanças em outros segmentos da agropecuária. No leite, houve avanço no valor pago ao produtor na última semana, com alta de 12,8% em relação ao período anterior, acompanhando o movimento observado no varejo.

No caso do café, o preço mé-

dio em março ficou em R\$ 28,56 para o pacote de 500g, 3% abaixo do registrado no mesmo mês de 2025, mantendo trajetória de acomodação após picos registrados anteriormente.

No setor avícola, o custo de produção do frango vivo permaneceu em R\$ 4,72/kg, enquanto o valor médio pago ao produtor fechou o mês em R\$ 4,59/kg, com recuo de 2,75% frente ao mês anterior. O aumento no custo de insumos, como o milho, influenciou o cenário.

Em março, a saca de 60 kg do grão atingiu R\$ 62,92 no atacado paranaense, alta de 2,5% em relação ao mês anterior.

No segmento de grãos, o preço do óleo de soja apresentou queda no varejo nos primeiros meses do ano, refletindo a redução no valor da matéria-prima. Em março, a embalagem de 900 ml foi comercializada a R\$ 7,25, valor 2,3% inferior à média de 2025. Já na comparação com fevereiro, houve elevação de 2,1%.

Entre os hortifrutigranjeiros, a couve-flor apresentou aumento nos preços em março. O valor médio recebido pelo produtor foi de R\$ 36,71 por dúzia, alta de 12,8% em relação a fevereiro.

No varejo, o produto foi comercializado a R\$ 9,38 por unidade, com variações associadas à oferta reduzida durante períodos de temperaturas elevadas. O cenário reflete oscilações sazonais na produção agrícola estadual.



Barra Mansa recebe nova fase de obras no pátio ferroviário, com investimento federal e previsão de melhorias na mobilidade

Por Agatha Amorim

A BR-393 deve ter o processo de concessão leiloadado até dezembro deste ano, segundo o ministro dos Transportes, George Santoro. A informação foi confirmada na última sexta-feira (24), durante agenda no Sul Fluminense.

Enquanto o novo modelo não é implantado, o governo federal afirma que já iniciou intervenções emergenciais na rodovia, que enfrenta problemas como buracos, falta de sinalização e riscos constantes de acidentes. De acordo com o ministro, três equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) atuam atualmente na recuperação do trecho.

Ao Correio Sul Fluminense, Santoro detalhou que a previsão é investir cerca de R\$ 30 milhões em ações emergenciais até agosto ou setembro, além da contratação de um novo pacote de aproximadamente R\$ 50 milhões para dar continuidade às melhorias.

Segundo o ministro, a situação atual da rodovia é reflexo de falhas da antiga concessionária, que não teria cumprido os investimentos previstos em contrato. “A rodovia foi muito prejudicada. Agora estamos trabalhando para melhorar as condições e dar mais segurança aos usuários”, afirmou.

Ainda de acordo com Santoro, o projeto de concessão está em fase final de estruturação e deve ser encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) já em maio, para abertura de audiência pública. A proposta prevê mudanças na operação da via, com o objetivo de reduzir gargalos e melhorar o fluxo de veículos.

BR-393 tem obras e leilão previstos ainda para 2026

Governo prevê R\$ 80 mi em melhorias enquanto prepara nova concessão



Divulgação/PMBP

Em Barra do Pirai, inauguração de novo complexo viário promete reduzir fluxo no Centro

Entre as medidas em estudo está a reorganização do tráfego, com foco em reduzir congestionamentos ao longo do trecho. Técnicos do ministério também percorreram a rodovia recentemente para mapear os principais

problemas junto aos municípios.

Também ao Correio Sul Fluminense, o ministro afirmou que o governo pretende intensificar a melhoria da sinalização no segundo semestre. “Não vamos resolver tudo de imediato, mas

vamos melhorar muito a rodovia até o fim do ano”, disse.

Além disso, estão previstas intervenções em pontos específicos, como a recuperação e duplicação de uma ponte na altura de Paraíba do Sul.

Complexo viário reduz trânsito

Ainda durante a agenda na região, a prefeita Kátia Miki inaugurou o novo complexo viário de Barra do Pirai, considerado a maior intervenção em mobilidade urbana da história do município.

Com investimento de R\$ 146,4 milhões, a obra inclui uma ponte de 135 metros sobre o Rio Paraíba do Sul, um viaduto de 94 metros sobre a ferrovia e intervenções urbanas como novas vias, calçadas e sinalização. A expectativa é reduzir em até 40% o fluxo de veículos no Centro da cidade, além de aumentar a segurança e a fluidez no trânsito.

O pacote total de investimentos chega a mais de R\$ 207 milhões, em parceria entre a prefeitura, o governo federal e a MRS Logística. Durante a cerimônia, o ministro George Santoro destacou a importância estratégica do município.

Nova etapa do pátio de Manobras

A agenda também incluiu a assinatura da ordem de serviço para mais uma etapa das obras do Pátio de Manobras Anísio Brás, em Barra Mansa.

A intervenção contará com investimento de R\$ 24,9 milhões e prazo estimado de 22 meses, abrangendo a elaboração do projeto executivo, execução das obras e programas ambientais em um trecho de 6,24 quilômetros da ferrovia EF-105/RJ.

Durante o evento, o prefeito Luiz Furlani destacou o impacto das intervenções para a cidade, classificando a obra como um avanço histórico para a mobilidade urbana e o desenvolvimento local.